



**Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social**

Thiago Meneses de Castro Mendes

**A homofobia na Universidade de Brasília:
discriminação, expressões e representações entre estudantes**

**Brasília
Setembro de 2012**

Thiago Meneses de Castro Mendes

**A homofobia na Universidade de Brasília:
discriminação, expressões e representações entre estudantes**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Debora Diniz

**Brasília
Setembro de 2012**

Thiago Meneses de Castro Mendes

**A homofobia na Universidade de Brasília:
discriminação, expressões e representações entre estudantes**

Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Debora Diniz

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Debora Diniz (orientadora) – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Cristiano Guedes – Universidade de Brasília

Profa. Msc. Izis Reis – Universidade de Brasília

*Dedico esta monografia a todos e todas que lutam diariamente
por uma sociedade mais justa e igualitária.*

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por ter me guiado e iluminado até este momento me ajudando a superar dificuldades e ultrapassar barreiras impostas pela vida.

À minha orientadora, a professora Debora Diniz, que esteve sempre à disposição para solucionar minhas dúvidas e realizar indagações que só enriqueceram minha pesquisa.

Ao João Neves, funcionário da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, pela grande colaboração na criação e edição dos cartazes.

À Izis Reis e ao Cristiano Guedes pela disponibilidade em participar da banca de defesa desta monografia.

Aos colegas de trabalho da Secretaria Executiva Psicossocial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que por diversos momentos debateram comigo pontos da temática estudada nesta monografia.

Às minhas colegas de curso Bruna Chaves, Dalila Lisbôa e Isadora Louzeiro, que ouviram meus lamentos e, como irmãs, me ajudaram a concluir esta etapa da vida.

À minha família, meus amigos e amigas, que sempre estiveram do meu lado nos momentos mais difíceis.

*“E a gente vai à luta, e conhece a dor, consideramos justa toda
forma de amor.”*

Lulu Santos

Resumo

Esta monografia teve como objetivo analisar casos de homofobia ocorridos com alunos e alunas no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília (UnB). Os casos de violência homofóbica foram relatados pelos estudantes e analisados pelo aluno pesquisador à luz da teoria, buscando-se conhecer as formas de agressão mais recorrentes, o momento em que elas aconteceram e a atitude das vítimas perante a discriminação. As histórias de vida foram coletadas a partir de entrevistas semiestruturadas, nas quais se objetivou estimular a fala dos estudantes, com poucas interrupções do pesquisador. O convite para a pesquisa foi realizado por meio de cartazes espalhados pelo campus Darcy Ribeiro, que também foram postados em redes sociais na internet. Foram convidados alunos e alunas homossexuais que sofreram qualquer tipo de violência homofóbica. Heteronormatividade, homofobia em ambiente educacional, legislação e políticas públicas voltadas para o segmento LGBT foram os principais aspectos estudados. Os dados coletados nas entrevistas mostram que a homofobia se manifesta na universidade sob diversos aspectos, e não há um setor que combata esse tipo de violência na UnB.

Palavras-chave: Homofobia, heteronormatividade, políticas públicas.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 HISTÓRIA E HETERONORMATIVIDADE.....	11
1.1 breve histórico da organização LGBT no Brasil e no mundo	13
1.2 Preconceito e discriminação	14
1.3 Heteronormatividade	15
1.4 Relatório sobre a violência homofóbica no Brasil	17
CAPÍTULO 2 HOMOFOBIA E DIREITO LGBT	20
2.1 Homofobia	20
2.2 Homofobia, religião e laicidade	21
2.3 Binarismo de gênero	22
2.4 Direito e LGBT	24
2.5 Enfrentamento à homofobia	27
CAPÍTULO 3 ANÁLISE DE DADOS.....	28
3.1 Histórias de vida	28
3.1.1 Carlos	28
3.1.2 João.....	30
3.1.3 Pedro	33
3.1.4 Alberto.....	36
3.1.5 Júlia	38
3.1.6 Eduardo.....	41
3.1.7 Ricardo	43
3.2 Estudo ensaístico dos cartazes	45
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PROPOSTAS PARA O ENFRENTAMENTO DA HOMOFOBIA	48
REFERÊNCIAS	52
ANEXOS	53

Introdução

Esta monografia apresenta casos de homofobia ocorridos na Universidade de Brasília (UnB). A importância da pesquisa relaciona-se com a trajetória histórica do movimento e da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). É a partir do aumento da participação e da identificação do público homossexual que cresce, em contrapartida, a violência sexual, física, psicológica e/ou verbal a esse segmento (Irineu; Rafael, 2008).

Há na universidade uma ouvidoria supostamente capacitada para atender a essa demanda de alunos e alunas que sofrem homofobia, mas não é o que ocorre efetivamente, pois há relatos de estudantes que acionaram tal canal e não obtiveram nenhuma resposta. Para conhecer o processo de denúncia e apuração na ouvidoria da universidade, contatamos a mesma com o intuito de conhecer outros casos de homofobia e o tratamento que é dado às denúncias. Em resposta por e-mail, a ouvidoria afirmou não ser possível divulgar tais denúncias, as quais, quando consideradas procedentes, são encaminhadas para os setores responsáveis pela apuração dos fatos. A ouvidoria também afirmou que, em alguns casos, são criadas comissões interdisciplinares para a apuração da denúncia.

Em junho de 2011, ocorreu uma mobilização por parte de militantes que resultou na criação de uma plenária com o objetivo de estabelecer um grupo de trabalho permanente de combate à homofobia. O grupo está em processo de formação com diversas representações – de alunos e alunas, professores e professoras, e de funcionários e funcionárias –, e espera a aprovação da reitoria, passagem pelos trâmites legais, para começar os trabalhos.

É urgente a conscientização e necessária a definição de políticas públicas que atuem a partir da educação no combate à homofobia. Para tal, será preciso agir desfrutando de uma educação não sexista, de forma que valores heteronormativos sejam superados e não mais naturalizados. O rompimento dessa cultura pode ser conquistado por meio das políticas (Louro, 2001; Rios, 2007). Bruna Andrade Irineu e Josiley Carrijo Rafael (2008) afirmam que, para ocorrer a efetivação de direitos para o segmento LGBT, é de importância fundamental a desconstrução da heteronormatividade no que tange às políticas sociais. Segundo eles, não será possível uma convivência pacífica entre as diferentes formas de prazer sexual caso não seja modificada tal visão sexista.

A presente pesquisa analisou casos de homofobia na UnB, campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Distrito Federal. A pesquisa foi qualitativa, pois não foram entrevistados todos os alunos e alunas que sofreram homofobia, mas apenas aqueles que se voluntariaram a participar da entrevista, levando em consideração a trajetória e experiência de cada um deles. O campo de observação examinado – UnB – foi escolhido tendo em vista a diversidade da sua população. A universidade possui aproximadamente 33 mil alunos cursando a graduação, e sua estrutura física equivale à de um município, tendo inclusive um administrador nomeado como prefeito.

Com o objetivo de adquirir um amplo conhecimento dos casos de homofobia na universidade, a postura adotada pela pesquisa se deu de forma respeitosa, objetiva e abrangente, tendo o cuidado para que as vítimas não revivessem a experiência traumática, sendo considerado todo o campus Darcy Ribeiro. Alunos e alunas foram convidados(as) a participar do estudo mediante cartazes dispostos na universidade. Por se tratar de um assunto delicado, essa estratégia foi adotada para que as vítimas não se sentissem constrangidas pelo pesquisador ou receosas de retaliações.

Foram espalhados por toda a universidade cartazes diferenciados, conforme anexo, de modo que se destacassem dos outros panfletos expostos. Nesses cartazes, foram identificados o nome do aluno pesquisador, o nome da orientadora e o objetivo resumido daquele instrumento. Também foi disponibilizado em redes sociais o mesmo cartaz afixado na universidade e, através do método bola de neve, outros alunos e alunas ficaram sabendo da pesquisa.

A pesquisa ouviu sete alunos e alunas homossexuais. Chegou a ser pensada a possibilidade de entrevistar heterossexuais, pois a homofobia já ultrapassou a barreira da condição sexual e, hoje, heterossexuais também são vítimas de violências semelhantes às que LGBTs costumam passar quando são confundidos com homossexuais. Um aluno heterossexual afirmou ter sofrido homofobia, mas não teve interesse em participar da pesquisa.

Dos sete entrevistados, cinco receberam o convite via internet, o que inclui e-mails, enviados para amigos, e redes sociais. Os outros dois entrevistados souberam da pesquisa através dos cartazes afixados na universidade. A maior parte dos entrevistados soube da pesquisa pela divulgação nas redes sociais e por colegas que também a divulgaram em suas páginas pessoais. Foram utilizados nomes fictícios com o objetivo de preservar os estudantes.

Os dados gerados por esta pesquisa serão apresentados ao Grupo de Trabalho de Combate à Homofobia da Universidade de Brasília e à Reitoria, como forma de subsidiar uma possível política que examine e combata esse tipo de violência no campus. Com esta pesquisa, poderá ser iniciada uma análise de como enfrentar a homofobia na universidade.

A pesquisa se utilizou da concepção filosófica reivindicatória/participativa, pois o objetivo do estudo é o de mudança de postura: espera-se que contribua para uma avaliação das perspectivas apresentadas ao final com o intuito de solucionar a homofobia na UnB.

Capítulo 1 História e heteronormatividade

1.1 Breve histórico da organização LGBT no Brasil e no mundo

Uma das versões mais defendidas é a de que o movimento LGBT surgiu em 28 de junho de 1969, a partir do momento em que frequentadores de um bar chamado *Stonewall Inn*, localizado na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, revoltaram-se com a constante repressão por parte da polícia local. Houve então um conflito em que a população que estava no bar enfrentou a força policial com pedaços de pau e pedras. No ano seguinte, milhares marcharam em comemoração ao primeiro aniversário da revolta, uma clara demonstração da capacidade e necessidade da organização LGBT. O dia da revolta, 28 de junho, ficou conhecido como o Dia do Orgulho Gay e de combate à homofobia (TAVARES, 2009).

Já no Brasil, o movimento LGBT começou a reivindicar direitos a partir dos anos 1970, sendo o período pós-ditadura militar o momento em que a população viveu a abertura política e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária. O crescimento e o fortalecimento do movimento ocorreram durante as décadas de 1980 e 1990, marcados pela perseguição e divulgação da “peste gay” por opositores (Irineu; Rafael, 2008).

Outras autoras confirmam a perspectiva da atuação do movimento LGBT, afirmando que:

O movimento homoafetivo brasileiro não é uma entidade e nem um órgão, mas sim, uma manifestação sociopolítica e cultural com o objetivo de reconhecer a diversidade sexual humana e lutar pela igualdade de direitos diante da lei brasileira. Esse movimento não tem uma data exata do seu início, mas pode-se inferir que as manifestações contra este preconceito datam da década de quarenta, com ênfase na década de setenta (Sousa et al., 2010, p. 200).

Nos últimos anos, percebe-se um aumento de reivindicações e de organizações no combate à homofobia, que têm visado à conquista de direitos pelo segmento LGBT. Irineu e Rafael (2008) relacionam o crescimento do movimento a uma tomada de consciência por parte dos homossexuais, ato denominado por militantes como “saída do armário”.

A organização LGBT mais antiga do Brasil é o Grupo Gay da Bahia, que estuda e divulga dados há mais de duas décadas. A história do grupo se entrelaça à de luta por direitos

para o segmento LGBT, como o casamento civil, a criminalização da homofobia e a adoção de crianças e adolescentes por gays e lésbicas. Nos últimos anos, o Grupo Gay da Bahia vem traçando o mapa da violência contra LGBTs no Brasil e tornando públicos esses dados. Apesar do esforço, esses dados não são considerados oficiais, por não serem feitos por uma instituição estatal.

No ano de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) lançou, como previsto no Plano Nacional de Direitos Humanos II, um relatório sobre a violência homofóbica no Brasil, referente ao ano de 2011. Foi a primeira vez que um órgão oficial sistematizou dados sobre crimes homofóbicos no país.

O Brasil, apesar de se apresentar para o mundo como um país miscigenado, diverso e rico culturalmente, possui atualmente o recorde mundial de assassinatos de homossexuais, com um agravante: os crimes cometidos contra LGBTs possuem sempre um requinte de crueldade, revelando claramente a intenção de eliminar aqueles que manifestam sexualidade diferente da dita como norma, a heterossexual.

As violências homofóbicas costumam se iniciar no período escolar. Certas vezes, alunos são chamados de gays antes mesmo de se reconhecerem como homossexuais, como afirma Denilson Lopes (2002). Esses estudantes sofrem desde cedo com inscrições em paredes de banheiro e em quadros-negros e com insultos verbais, recebendo um tratamento de exclusão social (Junqueira, 2009).

Hoje no Brasil, a campanha pelo casamento civil igualitário, proposta pelo deputado Jean Wyllys (Psol-RJ), é a maior bandeira de luta do movimento LGBT. Países como Argentina, Espanha e Holanda, entre outros, já permitem que casais homoafetivos tenham acesso ao casamento civil. A campanha se baseia no texto constitucional, que afirma que “todas as pessoas são iguais perante a lei” (BRASIL, 1988), para exigir que homossexuais tenham o mesmo direito de que os heterossexuais já usufruem.

1.2 Preconceito e discriminação

Amanda Guazzelli (2008) descreve o preconceito como uma ideia pré-concebida que deve ser considerada prejudicial a partir do momento em que é praticada, ou entra em ação,

impondo um entrave a um direito, inclusive os direitos humanos. A autora afirma ainda que o preconceito pode ser expresso tanto individual como coletivamente – nesse último caso, geralmente sob a forma de um estereótipo.

Nesse sentido, o preconceito pode ser definido como uma atitude ou uma ideia pré-concebida relativa a um comportamento estranho ou inaceitável segundo o padrão que uma pessoa considera em relação à outra. Um elemento que, por vezes, é confundido com o preconceito é a discriminação, definida como o ato de discriminar ou dar tratamento preconceituoso. Quando estas ocorrem, pode-se dizer que “as diferenças não são aceitas socialmente” (BARROCO, 2001, p. 15), gerando um contexto de exclusão, desigualdade, discriminação.

Sendo o preconceito contrário a princípios e valores éticos fundamentais, o respeito entre indivíduos faz-se necessário para a construção de uma sociedade emancipada. De acordo com Santos (2001, p. 87),

[...] o fim das formas de opressão de classe, se geradoras de uma forma autenticamente livre. Autodeterminada e emancipada, possibilitará o aparecimento de condições histórico-sociais nunca anteriormente vistas, capazes de oferecer condicionantes sociais igualitários que permitam a verdadeira existência de subjetividades diferenciadas, livres e autônomas.

A realidade de uma sociedade preconceituosa só pode ser superada com o reconhecimento dos direitos sociais e individuais da população, sem que se discrimine qualquer pessoa pela sua orientação sexual, o que mesmo com uma possível superação da sociedade classista não ocorra tal superação, tendo em vista que a discriminação não surge a partir da dominação capitalista.

1.3 Heteronormatividade

A homofobia tem raízes históricas e sociais. A distinção sexual, que separa papéis direcionados para homens e mulheres, no qual se naturaliza a função pelo sexo, corrobora para discriminações como a homofobia. Essa distinção considera o feminino como sexo complementar ao masculino, não devendo aquele se sobrepor a este, pois isso corresponderia, para o sexismo, a uma inversão de valores (Borrillo, 2010).

O sexismo estabelece que as relações que se manifestam no universo exterior, ou seja, as tarefas e atividades fora de ambientes residenciais são de responsabilidade do sexo masculino. Já o sexo feminino está condicionado a atribuições interiores, no que diz respeito ao cotidiano doméstico. O sexismo é produzido e reproduzido de maneira sutil, como um comportamento silencioso que não encontra resistência, sendo aceito pela sociedade naturalmente, como se não houvesse perspectiva de mudança (Borrillo, 2010).

Além da imposição do masculino sobre o feminino, o sexismo atua em relação à orientação sexual, assumindo como padrão a expressão da heterossexualidade como única e natural. Tal manifestação é denominada heterossexismo e, assim como a masculinidade, situa a heterossexualidade como superior às outras condições sexuais, sendo estas, de alguma forma, depreciadas (Borrillo, 2010).

Há, ainda, outra manifestação do heterossexismo, que Daniel Borrillo denomina “heterossexismo diferencialista”. Esse conceito realiza uma atualização da ordem heterossexista, onde não se impõe a superioridade masculina, mas se impede o acesso de homoafetivos a alguns direitos de que heterossexuais desfrutam, como o casamento civil e a adoção. Esse tipo de heterossexismo continua sendo uma forma de homofobia e, embora sua atuação possa ser considerada menos agressiva, nega direitos tanto quanto o heterossexismo clássico. O conceito “diferencialista” corrobora frisando as diferenças entre as orientações性uais (Borrillo, 2010).

A heteronormatividade atua de maneira ampla e sobre diversos aspectos, e a homofobia se manifesta a partir de construções individuais e sociais. Sobre isso, Roger Raupp Rios (2009, p. 63) afirma que:

A idéia de heterossexismo apresenta-se como alternativa a esta abordagem, designando um sistema em que a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, econômica e jurídica, não importa se de modo explícito ou implícito. Uma vez institucionalizado, o heterossexismo manifesta-se em instituições culturais e organizações burocráticas, tais como a linguagem e o sistema jurídico. Daí advém, de um lado, superioridade e privilégios a todos que se adequam a tal parâmetro e de outro, opressão e prejuízos a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e até mesmo a heterossexuais que porventura se afastem do padrão de heterossexualidade imposto.

A partir do que é colocado por Rios (2009), pode-se observar que a imposição heteronormativa está posta para toda a sociedade, até mesmo para heterossexuais que possam vir a não expressar o estereótipo sexual estabelecido como padrão. Sendo assim, fica claro

que a homofobia ocorre por um padrão sexual em que é exigido de todos o mesmo comportamento, sendo menosprezados todos aqueles que se desviarem desse ideal normativo.

Guacira Lopes Louro (2009) aponta que a heteronormatividade se mostra mais contundente em relação aos homens, porque o sexo masculino é confrontado desde a tenra idade. Nos círculos de amizades escolares, os meninos são instruídos a evitar contato físico demais, o que não ocorre em relação à amizade feminina, em que os beijos e abraços se revelam como gestos de carinho entre amigas. É a partir dessas representações que se analisa que características femininas devem ser o tempo todo evitadas pelos meninos, como forma de demonstrar a heterossexualidade, ainda que muitos deles nem saibam o que isso significa.

Esse processo de negação do feminino e manifestação do masculino revela a maneira como é criada e fomentada a performance masculina. É durante o período escolar, de formação do estudante, que a aversão a outro tipo de sexualidade diferente da heterossexual é imposta e absorvida pelos alunos. A homofobia faz parte desse sistema heteronormativo, onde só se admite a vivência da heterossexualidade (Louro, 2009).

Louro (2009) relata a existência de um paradoxo na construção da heteronormatividade, descrito por ela como uma lógica perversa. Ao mesmo tempo em que prega a heterossexualidade como única sexualidade normal e passível de ser expressa, o heterossexismo necessita da existência das sexualidades ditas fora da norma para que sirva de parâmetro, como forma de delimitar o espaço legítimo da heterossexualidade.

A autora ainda revela outra forma da expressão heteronormativa (Louro, 2008). Nas escolas, uma das maneiras de negar a existência de uma sexualidade diferente da heterossexual é simplesmente não informando nem debatendo sobre a homossexualidade, com o intuito de escondê-la e/ou de invisibilizá-la, fazendo com que os alunos heterossexuais não manifestem a homossexualidade.

1.4 Relatório sobre a violência homofóbica no Brasil

O Programa Nacional de Direitos Humanos II previu um relatório sobre a violência homofóbica no Brasil com o objetivo de analisar os crimes relacionados à população LGBT. O relatório foi lançado em julho de 2012, com dados referentes ao ano de 2011. Diversas

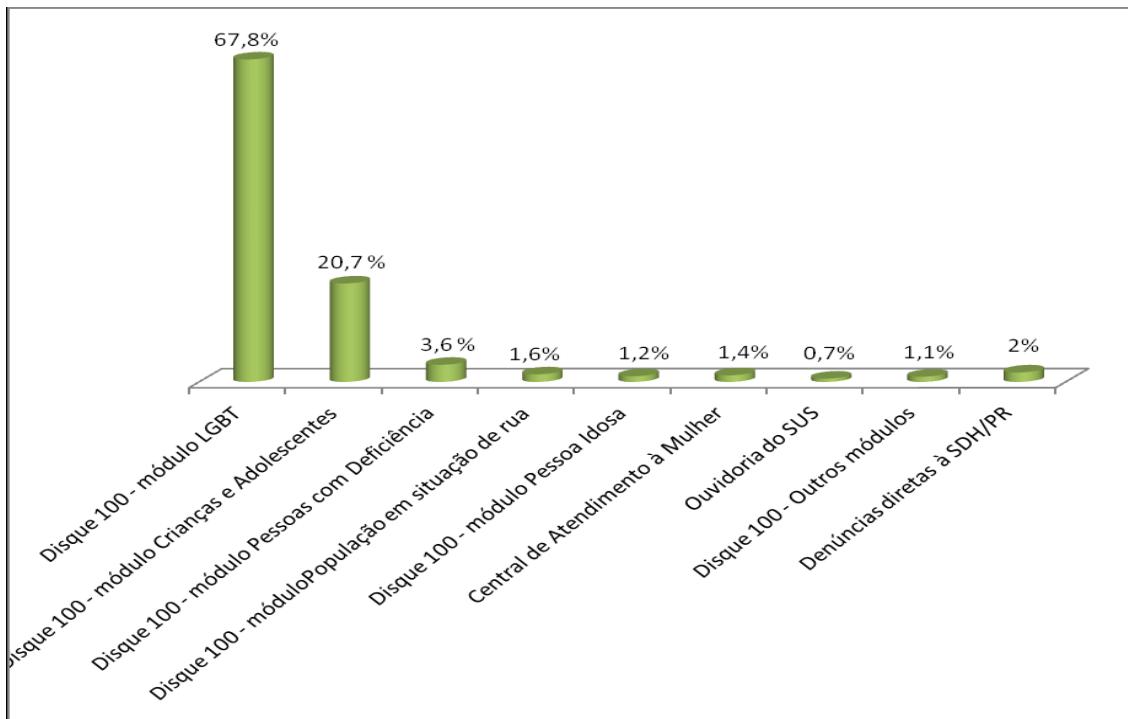
formas de homofobia foram consideradas pelo relatório, pois o documento afirma que tal violência ocorre de maneira multifacetada, indo além dos crimes previstos em nossa legislação penal, uma vez que as ocorrências têm por objetivo a segregação do homossexual (BRASIL, 2012).

O documento relata a importância do Estado em assegurar à população o gozo dos direitos humanos, independente de quem seja e da orientação sexual do cidadão. Essa recomendação é proveniente do Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual (BRASIL, 2004).

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República analisou as denúncias recebidas através do Disque Direitos Humanos da Presidência da Repùblica (Disque 100), da Central de Atendimento à Mulher, da Ouvidoria do SUS e também por meio dos órgãos LGBT ligados à SEDH. Os canais citados recebem denúncias de diversas fontes, como crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e LGBT. Apesar dos meios disponibilizados, é importante destacar que os dados analisados não representam todas as violências homofóbicas ocorridas em 2011, pois sabe-se que muitas outras não conseguiram ser denunciadas ao poder público (BRASIL, 2012).

A primeira ressalva a fazer diz respeito ao quantitativo proporcional de denúncias recebidas. Conforme o gráfico 1, de todos os módulos, 67,8%, ou 6.809 das denúncias recebidas, referiam-se a violações contra direitos humanos LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos. Os casos ocorridos demonstram que uma pessoa que sofre homofobia tende a sofrê-la outras vezes, o que revela que o fenômeno persiste com a necessidade de violar o que a vítima representa, ou seja, a tentativa de banir a sua orientação sexual não normativa (BRASIL, 2012).

Gráfico 1 – Violações denunciadas, segundo via de denúncia ao poder público federal, 2011.

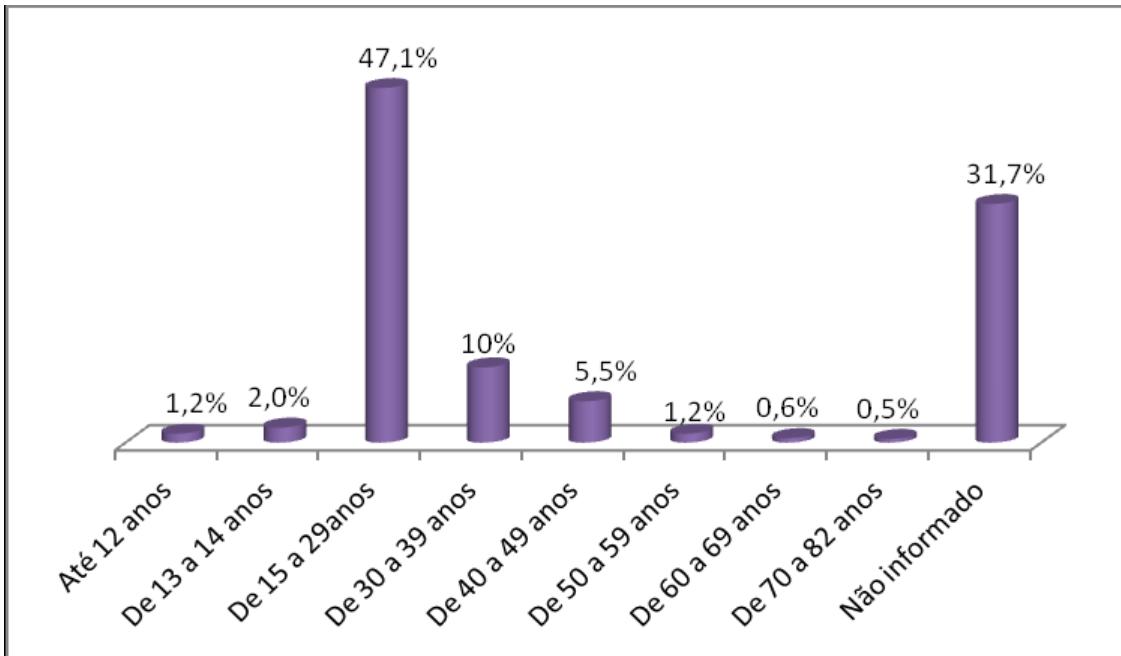


Fonte: Brasil (2012).

A maior quantidade de violadores em relação à de vítimas sugere que LGBTs tendem a sofrer ataques homofóbicos de grupos que se reúnem para praticar as agressões, como os *skinheads* e os neonazistas. Cabe ressaltar que as violências cometidas por esses grupos não se restringem a homossexuais, abrangendo também os heterossexuais que, por um acaso, possam manifestar comportamento semelhante ao de um gay ou lésbica – por exemplo, um pai e um filho que andem nas ruas abraçados e sejam confundidos com um casal homoafetivo.

Apresenta-se no relatório que, entre a população vítima de homofobia registrada em 2011, os maiores violados, 47,1%, são os jovens entre 15 e 29 anos, como ilustra o gráfico 2. Segundo o documento, essa faixa etária é a mais violada em razão da luta por direitos LGBT, a que essa população costuma aderir. No que se refere ao sexo biológico das vítimas, a maioria das vítimas, 67,5%, foram pessoas do sexo masculino – isso pode ser interpretado como evidência da heteronormatividade, que, além de não admitir a manifestação homoafetiva, reprime toda feminilização expressa por uma pessoa do sexo masculino (BRASIL, 2012).

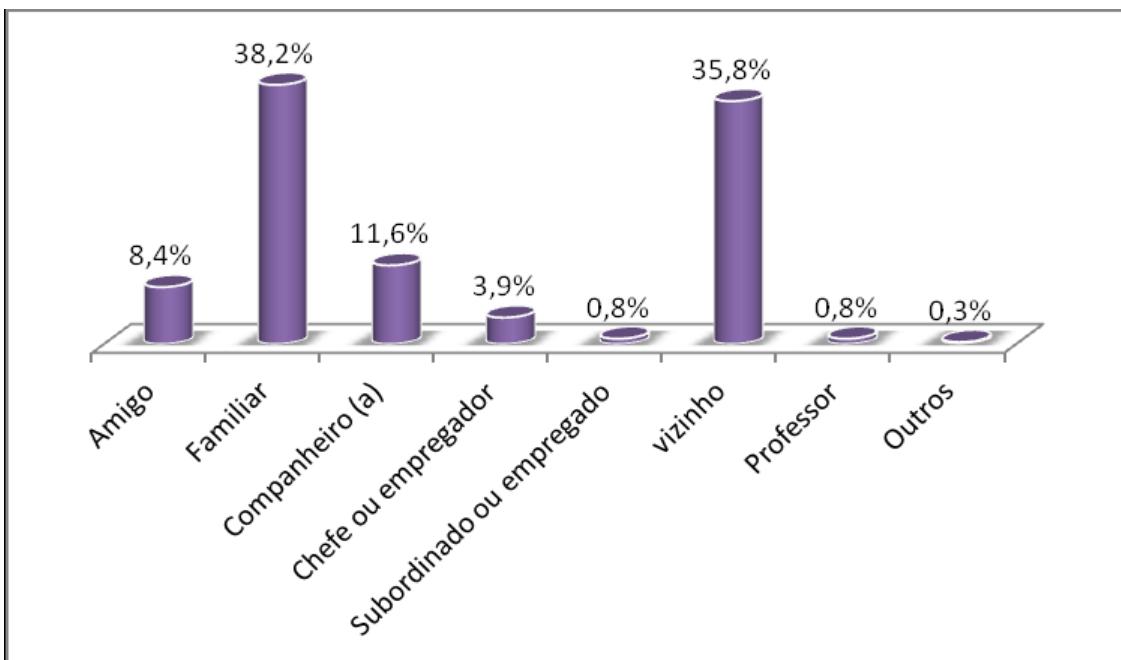
Gráfico 2 – Vítimas de homofobia segundo faixa etária, 2011.



Fonte: Brasil (2012).

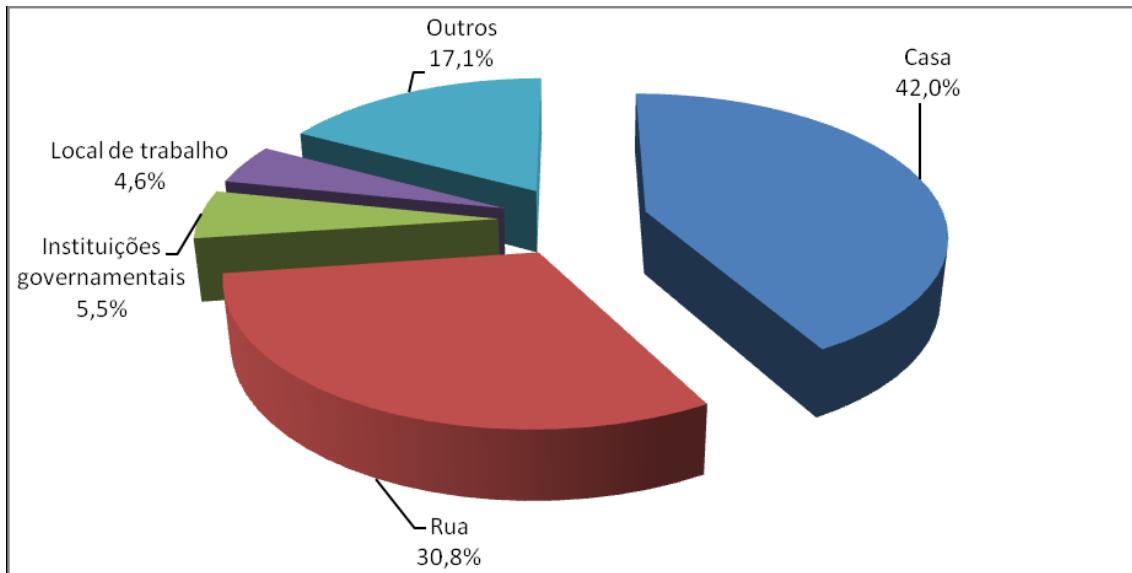
Outro dado alarmante se refere à relação entre vítimas e suspeitos. De acordo com os dados levantados pelo relatório, conforme gráfico 3 e 4, a maior parte das agressões costumam ser praticadas dentro de casa, pelos familiares, seguida de violências cometidas por vizinhos – ou seja, trata-se de uma homofobia que acompanha intimamente a vítima.

Gráfico 3 – Relações entre vítimas e suspeitos que já se conheciam, 2011.



Fonte: Brasil (2012).

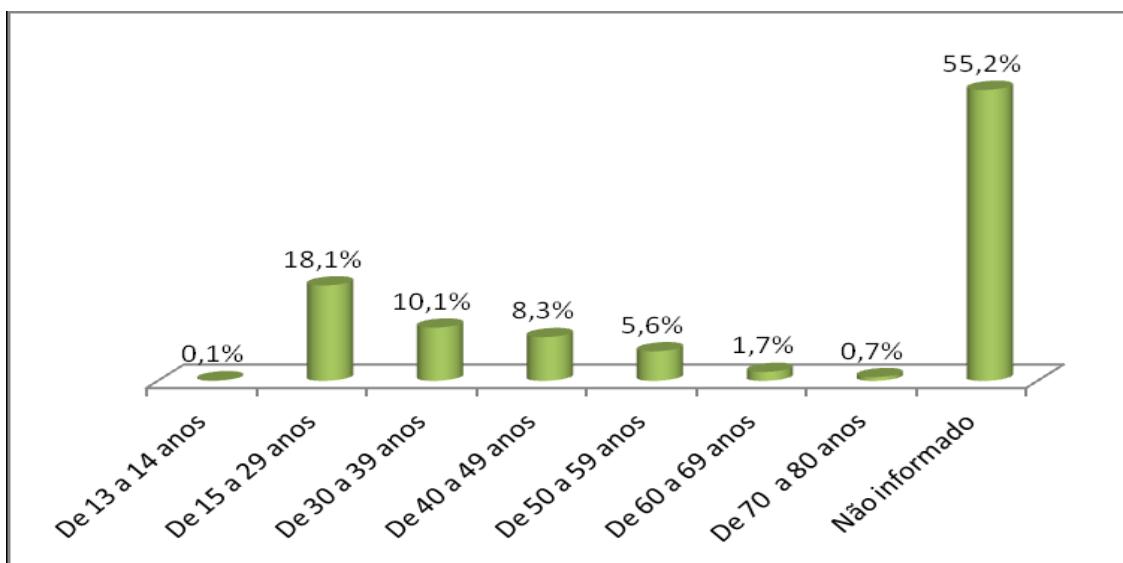
Gráfico 4 – Violações segundo local de ocorrência, 2011.



Fonte: Brasil (2012).

O relatório ainda traz a informação de que a maioria dos homófobos estão na faixa de 15 a 29 anos, seguidos dos de 30 a 39 anos, ilustrado no gráfico 5. Essas são as idades da maior parte dos estudantes da universidade de Brasília, assim como é nesse período da vida que a maior parte dos LGBTs sofrem homofobia. No que se refere às violências cometidas em instituições, ocorre com maior frequência a homofobia institucional, em delegacias, hospitais e universidades.

Gráfico 5 – Suspeitos segundo faixa etária, 2011.



Fonte: Brasil (2012).

De acordo com o relatório divulgado pela Secretaria de Direitos Humanos, o Distrito Federal é a segunda unidade da Federação onde foram denunciados mais casos de homofobia para cada grupo de 100 mil habitantes. Tais dados não podem ser considerados uma surpresa, pois no DF ainda não há empenho governamental em combater a homofobia, como a existência de um centro de referência LGBT.

Capítulo 2 Homofobia e direito LGBT

2.1 Homofobia

Segundo Daniel Borrillo (2010), homofobia é o conceito que corresponde a todas as formas de agressão aos homossexuais, o que compreende discriminação a lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais e travestis, ou seja, todos os que estão à margem da heteronormatividade. Ainda conforme Borrillo, o termo homofobia surge nos Estados Unidos, por volta de 1971, mas é somente nos anos de 1990 que ele passa a constar em dicionários de países como a França, por exemplo.

Borrillo (2010) descreve que a homofobia ocorre de maneira semelhante ao racismo e à xenofobia. Embora caracterizem fatos diferentes, as formas de manifestação são praticamente as mesmas: segregação, discriminação e agressão. Tanto a homofobia como o racismo ou a xenofobia se caracterizam por desencadearem agressões por motivo torpe ou pela simples não aceitação de algumas pessoas por outras.

A homossexualidade necessita ser tratada como um tipo de sexualidade ordinária, assim como a heterossexualidade, haja vista que não é nada mais que uma forma de expressão de atração sexual tão antiga quanto nossa sociedade. A homossexualidade deve estar aquém de qualquer atividade intervintiva institucional, pois é uma liberdade individual, assim como a questão religiosa e étnica, por exemplo (Borrillo, 2010).

Borrillo (2010) classifica a homofobia em diversas formas: clínica, antropológica, liberal e burocrática. A homofobia clínica refere-se à patologização que a homossexualidade sofreu durante o século XIX, por não promover a reprodução sexual. Para a medicina, a homossexualidade era considerada uma doença, uma prática de pervertidos, sendo mencionada no Código Internacional de Doenças (CID) até os anos 1990.

A homofobia antropológica se dá a partir de conceitos que procuram manter as diferenças físicas entre os sexos. Essa diferenciação é o alicerce principal para a ação desse tipo de homofobia, que acusa os homossexuais de não compartilharem dos princípios fundamentais da humanidade e, com isso, torna a diferenciação dos sexos duvidosa (Borrillo, 2010).

Já quanto à homofobia liberal, Borrillo (2010) afirma que esta possui uma característica curiosa. Por um lado, defende-se a ideia da escolha individual e, sendo assim, esses cidadãos merecem ser respeitados; mas, por outro lado, não se admite que os homossexuais possuam os mesmos direitos que os heterossexuais, por exemplo, o direito ao casamento civil. Essa é uma expressão homofóbica muito presente em nossa sociedade hoje, tendo em vista o discurso de políticos que negam a existência da homofobia no Brasil e que afirmam que os militantes do movimento LGBT desejam instituir uma “ditadura gay” no país.

A homofobia se mantém e se manifesta sob diversas formas, não sendo exclusiva de nenhum sistema ou ideologia político-econômica. Trata-se de uma discriminação global perversa que expressa a incapacidade da sociedade de compreender a homossexualidade como mais uma forma de relacionamento sexual. A condenação moral à homossexualidade é uma das discriminações que não permitem a aceitação social dessa sexualidade.

2.2 Homofobia, religião e laicidade

A homossexualidade manifesta-se desde as sociedades antigas, como a Grécia antiga, onde ela ocorria de forma institucionalizada, sendo sua manifestação uma forma de prática social considerada legítima. Essa realidade só se modificou com o advento do cristianismo, que cresceu a partir do império romano. Após o século XIII, começaram as punições para quem praticasse a homossexualidade, bem como as vinculações dessa sexualidade com o pecado (Filho, 2009; Borrillo, 2010).

Apesar de a homossexualidade ser reconhecida como legítima na Grécia antiga, havia uma forte negação da figura feminina, pois a homossexualidade ocorria somente entre homens. Entretanto, o heterossexismo naquela sociedade não pode ser equiparado ao promovido pela cultura judaico-cristã, que com o avanço do cristianismo impôs a heterossexualidade como única sexualidade natural, tratada, com o tempo, como normal (Borrillo, 2010). O cristianismo prega a heterossexualidade como normal a partir de conceitos biológicos reprodutivos, o que é passível de diversas indagações, como a não aceitação de casamentos entre casais heterossexuais estéreis, pois estariam ferindo a condição reprodutiva para a legalização da união.

A homossexualidade é confrontada pelas três maiores religiões do mundo, sendo combatida como uma praga que visa à dominação da população mundial. Alípio Filho (2009) relata o discurso dos dois últimos chefes da igreja católica, João Paulo II e Joseph Ratzinger. João Paulo afirmou que a homossexualidade era um “comportamento moralmente inaceitável” (site do Vaticano); já Ratzinger utilizou termos como “pecados, atos impunes, anomalias, vícios e depravações” (Filho, 2009, p. 103) para qualificar a homossexualidade pouco tempo depois de assumir o papado.

Na crença judaico-cristã, há a difusão da homofobia bem como do heterossexismo, tendo em vista que, nessa ideologia religiosa, a homossexualidade é vista como oposta à natureza humana. Logo, a heterossexualidade é a única maneira de viver conforme os costumes tradicionais, sendo o homossexual visto como um pecador que necessita superar essa prática considerada desvirtuada, embora já existam igrejas cristãs onde a homossexualidade não é condenada.

A homofobia é sustentada sobre uma ideologia central que apóia a discriminação sexual em discursos religiosos e biológicos. Segundo esses discursos, o ato homossexual seria contrário à ordem natural dos sexos, impondo-se a heterossexualidade como um objetivo a ser seguido por toda a população (Borrillo, 2010). Essa construção é uma das mais utilizadas atualmente no Brasil, onde cresce a cada dia o número de cristãos homófobos. Tal influência tem afetado o resultado das eleições brasileiras, onde se percebe um fortalecimento da bancada cristã, principalmente pelo eleitorado evangélico.

2.3 Binarismo de gênero

Roger Raupp Rios (2009) aponta que a homossexualidade pode sofrer repúdio por ser considerada por alguns como risco à heterossexualidade. Tal risco estaria na desconstrução do binarismo tanto de gênero como de identidade sexual, que é posta como masculino e feminino. Há uma necessidade constante de impor qual sexualidade deve ser dominante – no caso, a heterossexual.

Sobre a desconstrução da lógica binária, Guacira Lopes Louro (2008) descreve como consequência o entendimento e a inclusão de todas as sexualidades e expressões femininas e

masculinas que se constroem na sociedade. O binarismo contrapõe dois únicos gêneros e assume a exclusão de qualquer outro tipo senão o macho/fêmea. Nessa lógica binária, o polo masculino estaria em posição de dominação sobre o feminino. Como essa lógica é construída socialmente, é possível desconstruí-la, sendo necessário agir sobre a natureza do binarismo, com o objetivo de conhecer o que levou ao estabelecimento da norma (Louro, 2008).

O homossexual sofre não somente em relação a sua atração sexual; a ele são negados diversos direitos, garantidos somente aos cidadãos heterossexuais. Além de não poderem manifestar afeto em público, gays e lésbicas são jogados à margem da sociedade, por exemplo, quando se trata da adoção de crianças ou adolescentes por casais ou pela população solteira homossexual, e ainda quando se trata da proibição de casais homoafetivos unirem suas rendas com o objetivo de alugar um imóvel (Irineu; Rafael, 2008).

2.4 Direito e LGBT

A gravidade da homofobia se dá não apenas no campo individual, mas também na coletividade, tendo em vista que essa violência fere o Estado Democrático de Direito ao privar o cidadão gay de vivenciar sua sexualidade. A vivência de homossexuais que se escondem “no armário”, ou seja, que não podem expressar socialmente sua sexualidade condiciona diversos gays e lésbicas à clausura sexual e à invisibilidade homoafetiva.

As lutas por direitos LGBTs ensejam a formação de um contra-ataque por parte de homófobos, que se veem agredidos diante da criação de leis favoráveis à homossexualidade. Esta é vista como um questionamento da polarização heteronormativa, que dá suporte à manutenção da heterossexualidade como única sexualidade a ser expressa (Borrillo, 2010).

O principal argumento dos homófobos contrários às conquistas dos homossexuais alega que o movimento gay deseja instaurar no Brasil uma ditadura gay, privilegiando uma minoria, onde aqueles contrários à prática homossexual seriam “amordaçados” por leis que criminalizam a homofobia. Os homófobos nem sequer admitem que os crimes por motivação homofóbica ocorrem no país. Há uma dificuldade estatística em relação a esse tipo de crime tanto pela inexistência de um registro realizado por um órgão oficial quanto pela carência de

bibliografia especializada, que discuta e esclareça mais sobre essa forma de discriminação (Rios, 2003).

Sobre o argumento de os homossexuais serem uma minoria sexual, tal conceito pode ser considerado um paradoxo, na medida em que existem homossexuais negros, brancos, de diversas classes sociais, homens e mulheres. Mas os homossexuais também podem ser tratados como minoria se for levado em consideração que a sociedade brasileira é composta por uma maioria branca, cristã e heterossexualista (Rios, 2003).

Roger Raupp Rios (2003) discute três pontos jurídicos em relação à homossexualidade. O primeiro ponto assume como não ilegal a prática homossexual, o segundo admite a condição sexual e condena a discriminação, e o último, além de compactuar com as primeiras considerações, luta para promover a igualdade e diversidade sexual.

No Brasil, desde o descobrimento até por volta de 1830, a homossexualidade estava prevista como crime no Código Penal. Essa legislação só foi modificada com a publicação de um novo código, o Código Penal do Império. Desde então, a homossexualidade deixou de ser punida legalmente, exceto pela existência de um Código Penal Militar, que manteve a ilegalidade (Rios, 2003).

No que se refere a direitos, nos últimos anos percebe-se um aumento na aprovação de legislações favoráveis à população gay e lésbica. Tais avanços podem ser relacionados à luta do movimento LGBT nas diferentes esferas de poder e também à “tomada de consciência do direito à livre orientação sexual por parte dos principais interessados, fato considerado pelos pioneiros como saída do armário” (Irineu; Rafael, 2009, p. 35).

A necessidade de uma legislação que proteja o segmento LGBT advém da existência de uma sociedade que discrimina e promove o não acesso a certos direitos garantidos aos heterossexuais. Assim como há no Brasil uma proteção jurídica às mulheres vítimas de violência, os homossexuais devem ser alcançados por uma legislação que não permita que a homofobia continue ocorrendo sem nenhuma consequência penal (Rios, 2009).

As leis devem ser criadas para punir a homofobia, o que abrange tanto a discriminação violenta quanto o tratamento da homossexualidade como algo imoral, embora já haja a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que define como ilegal a prática discriminatória por orientação sexual (Rios, 2009).

Cabe ressaltar que uma legislação contrária à discriminação por si só não resolverá a questão da homofobia. Um processo pedagógico de combate à homofobia se faz extremamente necessário, tendo em vista o objetivo de desconstruir a heterossexualidade como sexualidade padrão. Entretanto, é possível que a criação de leis que garantam a livre manifestação da diversidade sexual resulte em uma maior expressão de homofobia por parte de reacionários, por isso a promoção de políticas educacionais precisa ser feita simultaneamente ao desenvolvimento de legislação anti-homofóbica (Junqueira, 2009; Rios, 2009).

2.5 Enfrentamento à homofobia

No âmbito da universidade, políticas educacionais poderiam ser promovidas a partir de financiamentos e incentivos à pesquisa acadêmica sobre a sexualidade, utilizando os resultados obtidos nesses estudos para a formulação de ações pedagógicas de combate à homofobia (Junqueira, 2009). É a partir de pesquisas sérias e comprometidas que resultados positivos podem ser almejados no que tange à discriminação sexual.

Diversos países têm avançado no que diz respeito a políticas de enfrentamento à homofobia a partir de pesquisas. Tais investigações são utilizadas não somente para relatar sobre a homossexualidade, mas também para apresentar maneiras de promoção da diversidade sexual (Junqueira, 2009). O pioneirismo brasileiro de tratar a questão de direitos humanos como relevante deve ser pesado e analisado para encontrar estratégias de combate a toda e qualquer forma de preconceito.

O comportamento homofóbico por parte de políticos que formam a bancada religiosa do Congresso Nacional brasileiro consiste em uma barreira para a aprovação de leis que beneficiem gays e lésbicas. A existência por si só de representantes políticos religiosos em um país laico pode ser considerada inadmissível. Essa bancada não se apresenta para lutar pelo seu eleitorado, mas sim para impedir que políticas em prol da diversidade sexual sejam aprovadas, em uma clara alusão ao ideal heteronormativo.

Como forma de impedir judicialmente a garantia de direitos LGBTs ultimamente no Brasil, a frente evangélica apresentará uma proposta de emenda à Constituição com o objetivo

de reverter decisões judiciais pautadas no exercício legislativo. Essa postura repressora homofóbica, que exerce um poder de violação dos direitos homossexuais, é mais uma que necessita ser combatida, mas o enfrentamento se revela difícil tendo em vista que o poder legislativo possui representantes conservadores (Rios, 2009).

Um exemplo dessa postura conservadora se revela no que ocorreu com o material que discutiria a homofobia nas escolas, previsto no Programa Brasil Sem Homofobia, que foi suspenso por tempo indeterminado. A presidente Dilma, a fim de evitar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o ex-ministro Antônio Palocci, decidiu, por pressão da bancada evangélica, suspender o programa educacional. A presidente tratou um programa sério, que foi elaborado por dois anos, como moeda de troca.

O Programa Brasil Sem Homofobia, foi lançado em 2004, a partir das discussões entre o Governo Federal e sociedade civil organizada, a fim de promover a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, e transgêneros (LGBT), tendo por objetivo a equiparação de direitos e o combate à violência e à discriminação homofóbicas. As ações do programa estão voltadas para: o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT e/ou no combate à homofobia; capacitação em Direitos Humanos para profissionais e representantes do movimento LGBT que atuam na defesa de direitos humanos; disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima LGBT; incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos da população LGBT; capacitação e disseminação de informação a gestores das diversas esferas governamentais na temática de direitos humanos da população LGBT; atuar na troca de experiências de sucesso em matéria de políticas públicas em vários países do mundo, com foco nas relações do Mercosul (sítio Secretaria de Direitos Humanos)

Considerando que o segmento LGBT representa um dos grupos mais vulneráveis do Brasil, o governo federal, após muita luta do movimento LGBT, criou o programa Brasil Sem Homofobia, mas o projeto tem trabalhado de forma lenta e não tem correspondido às expectativas (Irineu; Rafael, 2008). Levando em conta tais afirmações, faz-se necessário um trabalho entre sociedade civil e Estado, em que a militância seja chamada a participar do combate à homofobia, como forma de buscar o usufruto de direitos sociais por parte da população LGBT.

Capítulo 3 Análise de dados

A análise de dados foi feita a partir das seguintes fontes: as entrevistas realizadas com alunos da Universidade de Brasília e o impacto causado pelos cartazes expostos no campus universitário Darcy Ribeiro. A partir das histórias de vida, as cenas homofóbicas sofridas pelos estudantes serão relacionadas com a teoria.

O exame dos relatos dos participantes nas entrevistas permitiu a análise por meio de categorias. Essas categorias representam as variadas formas de violência homofóbica e suas consequências sociais: homofobia como injúria, homofobia como violência física, homofobia institucionalizada e homofobia como fator de vulnerabilidade social.

3.1 Histórias de vida

3.1.1 Carlos

O aluno Carlos, que se apresenta como homossexual, relatou que foi agredido fisicamente em uma festa denominada Xoxota Louca, ocorrida dentro do Instituto Central de Ciências (ICC), em frente à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, no período noturno. Segundo o entrevistado, a festa era frequentada por um público expressivamente LGBT.

Carlos afirmou ter levado vários socos repentinamente no momento em que estava conversando com um amigo, também gay. Em razão dos golpes sofridos, Carlos desmaiou por um tempo e foi socorrido por outros participantes da festa. O agressor, que segundo as pessoas que estavam no local usava vestimentas semelhantes à de integrantes do movimento skinhead, apareceu atrás de Carlos, agrediu seu amigo e atingiu o aluno logo em seguida com um soco inglês, abrindo seu supercílio. Isso fez com que Carlos desmaiasse após o golpe, impossibilitando qualquer reação, até mesmo de defesa. É importante ressaltar que o agressor só parou de disparar socos contra a vítima após os participantes da festa intervirem.

Segundo Adriana Dias (2007), o movimento skinhead, considerado um grupo neonazista, pratica a violência como forma de expressar suas convicções ideológicas. Essa

violência se direciona àqueles que são julgados como inferiores ou medíocres pelo grupo, como os negros, judeus e homossexuais. Sabe-se da existência de grupos como o citado acima na universidade, o que gera temor por parte de alguns estudantes.

Após a violência, alguns participantes da festa correram atrás do agressor, mas este conseguiu fugir sem deixar pistas, até porque não havia, no local, câmeras de vigilância que possibilitassem a gravação do caso. Carlos foi levado com seu amigo ao hospital, onde ambos levaram alguns pontos e foram para casa. Naquela noite, não havia a possibilidade de efetuar um registro policial, tendo em vista o estado emocional e físico das vítimas. Carlos informou desconhecer os motivos que possam ter levado à agressão. Além do supercílio cortado, ele teve hemorragia no olho direito.

A vítima dirigiu-se à 1ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal, levou testemunha, registrou ocorrência e foi encaminhada ao Instituto Médico Legal, onde fez exame de corpo de delito, mas foi informada pela autoridade policial que o caso não seguiria adiante, tendo em vista que não havia provas e que o crime de homofobia não existia. Sendo assim, o caso não seguiria adiante, e não seguiu. Borrillo (2010) aponta para a importância de modificar as leis para que qualquer tipo de discriminação seja sentenciada pela Justiça, inclusive discursos homofóbicos. A ausência de legislação, além de gerar uma sensação de impunidade, possibilita que novos casos de homofobia ocorram sem que o agressor se preocupe com uma possível condenação.

Carlos ainda comentou que não recorreu aos canais disponibilizados pela universidade, como a comissão de ética disciplinar e a ouvidoria, por desconhecer sua existência. No dia da agressão, chegou a conversar com um segurança da UnB, mas como esses funcionários estão ali para proteger apenas o patrimônio da universidade, não podem tomar qualquer atitude.

Indagado sobre o que esperava da universidade em relação a políticas de enfrentamento à homofobia, o entrevistado relatou que, quando entrou na universidade, imaginava um lugar de perfeita convivência, onde não haveria a manifestação dos preconceitos que costumava vivenciar em sua escola de ensino médio. O aluno se mostrou surpreso com o que aconteceu, e esperava mais políticas de defesa da diversidade. Do mesmo modo, esperava mais segurança na universidade, tendo em vista que mais de 30 mil alunos estudam na instituição. O estudante expôs que se sente inseguro em passar por alguns espaços da universidade. Como exemplo, citou o Centro Acadêmico de agronomia, que, segundo ele, é um local tradicionalmente conhecido por manifestações homofóbicas.

Borrillo (2010) revela que a homofobia é uma forma de afirmação da heterossexualidade, uma vez que esta representa o antagonismo à homossexualidade. A aversão aos gays representa uma das mais importantes formas de afirmar a virilidade masculina. A representação do homem verdadeiro deve ser a de uma pessoa estúpida não só em relação aos homossexuais, mas também em relação às mulheres, com o intuito de frisar as diferenças entre os gêneros.

3.1.2 João

A homofobia não é manifestada apenas por integrantes de grupos extremistas, mas também por professores da Universidade de Brasília. Trata-se de uma discriminação institucionalizada, realizada por servidores públicos federais. O aluno João expôs que, nas aulas de Economia Política, o professor da disciplina fez diversas piadas sobre a orientação sexual de John Maynard Keynes, importante economista britânico, tendo repetido a piada durante a apresentação de um seminário sobre o economista.

O seminário discutia as funções políticas da economia, sendo uma das abordagens a questão da liberdade sexual, o feminismo e a descriminalização da homossexualidade na Inglaterra, onde a prática era considerada criminosa até os anos 1960. João fez um comentário sobre a abordagem, mas o professor debochou do que foi colocado pelo aluno e afirmou haver assuntos mais importantes a serem discutidos.

Segundo João, é costume dos professores de economia a realização desse tipo de piada sobre a sexualidade de Keynes, afirmando que o único defeito desse economista é que ele era gay. Esse tipo de homofobia, expressa de maneira mais camouflada, causa um enorme constrangimento aos alunos LGBTs, que não conseguem responder às provocações porque ela aparece dentro de um contexto cômico.

Tal forma de homofobia abre espaço para a discussão dos deveres do professor em sala de aula. Não cabe a um servidor, no seu espaço de trabalho, a realização de piadas de cunho preconceituoso, e nem mesmo pode ser considerada livre a manifestação homofóbica se esta vier dentro de um conceito humorístico. Não há como admitir que a homofobia ocorra de forma alguma, nem mesmo de maneira cômica; independente do contexto, ela provocará

um constrangimento nos alunos homossexuais, até porque não é ético e muito menos coerente afirmar em sala de aula que uma sexualidade é anormal, principalmente se tratando de um espaço acadêmico.

No capítulo I, seção II, inciso XIV, alínea G do Código de Ética do servidor público, que dispõe sobre os deveres fundamentais, afirma-se que o servidor deve

ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral.

João relatou também que já sofreu homofobia enquanto caminhava pelo campus com um amigo. Enquanto andavam, um carro passou com pessoas gritando “veadinho! Vai morrer!”. Os alunos ignoraram e seguiram adiante.

O entrevistado informou que não tomou qualquer atitude em relação ao professor que comentou a piada nem aos xingamentos que ouviu pelo campus. Assim como o aluno Carlos, João desconhece os canais para análise de ações inapropriadas da UnB.

Questionado sobre atitudes que poderiam ser tomadas pela universidade, o aluno relatou a sua entrada na instituição. Assim que João ingressou na UnB, sentiu a necessidade de assumir sua sexualidade tanto para os amigos quanto para sua família. Borrillo (2010) descreve que homossexuais, diante de diversas formas de opressão de sua sexualidade, sentem uma necessidade aflitiva de expressarem publicamente sua condição sexual. Tal manifestação é um momento de desabafo, pois essas pessoas costumam viver à margem heteronormativa, não havendo uma permissão social para a vivência homoafetiva.

O espaço da universidade, local de encontro com o conhecimento e de debate de ideias, o encorajou a tomar aquela decisão. Quando revelou para os pais a sua orientação sexual, houve uma discussão e uma atitude punitiva, pois eles não aceitaram que João expressasse sexualidade diferente da heteronormativa. Seu pai suspendeu o recurso financeiro que lhe fornecia para que ele pudesse frequentar as aulas, almoçar e realizar outras tarefas. João teve que procurar um emprego para que não precisasse evadir da universidade. O estudante afirmou que conseguiu um emprego por fazer um curso de fácil empregabilidade,

mas critica a UnB por não ter um programa de apoio aos estudantes que passam pela situação que ele passou.

O sítio eletrônico da universidade descreve que a assistência estudantil visa à manutenção do aluno oferecendo alguns auxílios, como a moradia estudantil, mas afirma que esses recursos estão disponibilizados para alunos de baixa renda, com o objetivo de amenizar vulnerabilidades socioeconômicas. Situações como a de João não se encaixam nas exigências acadêmicas, apesar de serem uma expressão da vulnerabilidade social.

Além de não oferecer apoio financeiro aos alunos LGBTs que venham a assumir sua sexualidade e sofrer retaliação pelo ato, a universidade sequer disponibiliza um espaço para a mediação de conflitos entre pais e alunos. A graduação é o período da vida em que o aluno busca se formar profissionalmente e se afirmar como cidadão, e a manifestação da sua sexualidade é uma das formas de o estudante se posicionar perante a sociedade. A universidade deveria encontrar maneiras de colaborar tanto financeiramente quanto socialmente durante a formação universitária.

A avaliação de renda para permitir que um aluno tenha acesso à assistência social universitária não admite assistir os estudantes como João, que não preenche os requisitos necessários e, portanto, teria negado qualquer tipo de auxílio. Pereira (1996) descreve o princípio da rentabilidade como critério para o acesso aos benefícios sociais como algo diretamente ligado ao modo de produção capitalista, que atua com políticas seletivas comprometendo a assistência à população vulnerável.

Nesse sentido, a assistência social capitalista, por estar baseada em uma lógica de reprodução econômica, não admite as necessidades sociais sobre a rentabilidade econômica, ocasionando o não acesso de alguns estudantes aos benefícios sociais. Além disso, as políticas sociais giram em torno da questão de classe, negando outras formas de discriminação.

Pereira (1996) defende que, independente do estado de desenvolvimento dos países capitalistas, a assistência social encontra dificuldades de enfrentamento das demandas sociais. A questão da orientação sexual no campo das políticas sociais é um assunto que necessita de debates, tendo em vista as transformações da sociedade. Há uma demanda na UnB de alunos e alunas LGBTs que carecem de assistência não porque se enquadram em critérios de renda, mas em decorrência de fatores de convivência relativos à homofobia, insuficientes aos critérios estabelecidos.

Alguns cursos da UnB, por terem uma grade horária extensa, com disciplinas que exigem bastante dedicação, dificultam a possibilidade de trabalhar e estudar. Por isso, é fundamental a disponibilização de auxílio estudantil para os alunos que carecem desse benefício.

3.1.3 Pedro

O terceiro entrevistado, o aluno Pedro, transexual masculino, descreve que a discriminação homofóbica acompanha todo o seu período de graduação. O estudante não realizou a cirurgia de resignação sexual e ainda não possui seu nome social na identidade civil. Pedro relata que o fato de não poder usar seu nome social na UnB gera um constrangimento constante. Por exemplo, ele precisa pedir para seus professores modificarem a chamada realizada em sala de aula, quando esta é feita oralmente. Apesar de nenhum deles ter se recusado a fazer a mudança, o aluno recebe olhares desconfiados todas as vezes que solicita a modificação.

O estudante, que veio de outro estado, residia com seu tio até o momento em que decidiu assumir a sua condição de gênero. Foi expulso de casa e passou a morar em um alojamento provisório, encaminhado pela UnB, em um clube da cidade. Mas, com o alojamento, vieram outros constrangimentos. Pedro declarou que o local destinado pela universidade possui banheiros coletivos, o que o incomoda de tal maneira que o estudante já deixou de tomar banho diversas vezes para evitar uma situação desagradável.

Por ter vindo de outro estado e ser de baixa renda, o aluno recebe bolsa-permanência da universidade. Certa vez, encaminhou-se à Diretoria de Desenvolvimento Social - DDS com sua namorada para solicitar a utilização do seu nome social. Como Pedro não queria ser constrangido em ter que explicar a situação mais uma vez, e por imaginar que seria tratado de maneira grosseira, pediu que a namorada fizesse o requerimento. Porém, ao fazê-lo, ela foi tratada de forma desrespeitosa por uma funcionária da seção. A funcionária alegou que Pedro só poderia utilizar o nome que estava assinado, que ela não poderia fazer nada, que aquele era o seu nome e era aquele nome que ele deveria utilizar. Cabe ressaltar que Pedro não menciona para ninguém o seu nome de registro, por não se identificar como uma pessoa com nome feminino.

Rios (2009) relata que o fato de não se reconhecer a legitimidade da homossexualidade é uma forma de manifestação homofóbica menos perigosa, mas igualmente prejudicial. No caso de Pedro, que nem ao menos tem seu nome social reconhecido por uma instituição, isso gera uma espécie de apartheid, pois ele não é respeitado como cidadão.

Quando Pedro foi utilizar o Restaurante Universitário - RU pela primeira vez, passou por mais um momento de constrangimento. Um funcionário afirmou que a carteirinha não pertencia a ele, apesar de conter foto atual do estudante. Ainda assim, Pedro apresentou sua carteira de identidade, mas esse documento tinha uma foto menos recente, o que levou o funcionário a alegar que aquela foto parecia menos ainda com ele. Então, o estudante desistiu de almoçar, porque, para ele, o constrangimento de ter que explicar sua situação em público era muito maior do que não comer.

Após esse episódio, Pedro passou por outras situações controversas, em que teve que afirmar reiteradas vezes que aquela carteira estudantil pertencia, sim, a ele. É rotina os funcionários olharem desconfiados e o fazerem esperar enquanto chamam outras pessoas para confirmarem a veracidade do documento.

Além da carteirinha, como o aluno recebe bolsa-alimentação, ele precisa apresentar um papel colorido que comprova seu direito ao benefício. O entrevistado desconfia que os papéis sejam de cores diferentes para homem e para mulher, pois, quando apresenta o seu, o funcionário afirma que aquele não pertence a ele, pois é de mulher. Assim, é necessário que o estudante apresente outros documentos para provar a sua identidade.

A questão do nome social é central na vida acadêmica do estudante, tendo em vista que, em todas as circunstâncias em que o aluno precisa apresentar um documento, uma tarefa simples se torna complicada e discriminatória. O aluno relatou que, ao solicitar a sua nota em uma disciplina do Departamento de Sociologia, teve que explicar, mais uma vez, que ele era ele mesmo, já que a funcionária disse que não era permitido divulgar nota de outro aluno sem autorização.

Junqueira (2009) relata que as pessoas que possuem identidade de gênero fora da norma estabelecida tendem a sofrer mais discriminação que gays e lésbicas, uma vez que essa população tem um histórico de violência que se inicia na família. Tais ocasiões provocam uma situação de negação de identidade, já que a orientação de gênero do estudante não é reconhecida pela universidade. Pedro ressalta que sempre desconfiam de que ele não é ele.

Não é só em relação ao nome social que o estudante sofre discriminação. Como Pedro utiliza o banheiro masculino, já chegou a ser perseguido por outro aluno de maneira silenciosa. Pedro entrou no banheiro enquanto o outro aluno saía. Esse aluno ficou do lado de fora aguardando a saída de Pedro, que foi perseguido por um trecho, até que Pedro ficou parado e o outro aluno foi embora. Nesse dia, o estudante alegou que sentiu medo de sofrer agressão física.

Pedro criou um recurso para evitar o constrangimento. Ao necessitar utilizar sua carteirinha estudantil, o aluno inicia o diálogo afirmando que o documento pertence a ele, sim, e que não há nada de errado. Assim, o estudante causa um constrangimento no funcionário que o atende, e, segundo o entrevistado, o ato de você constranger alguém antecipadamente faz com que o outro fique impossibilitado de constrangê-lo de volta.

Assim como João, Pedro alegou já ter sido xingado por pessoas que estavam dentro de um carro andando pelo campus. As palavras utilizadas pelos agressores contra o estudante foram as mesmas proferidas contra João.

Em relação às medidas a serem adotadas pela universidade para combater o preconceito e respeitar a diversidade, o entrevistado acredita que o básico é a formação, pois as pessoas não acreditam na existência de alunos transexuais na universidade. Para o estudante, não é admissível que uma instituição pública seja conivente com a discriminação. Pedro relatou que o ponto de partida deve ser o diálogo sobre a transexualidade. Não basta debater a homofobia somente em relação às lésbicas e aos gays; a discussão deve envolver também os transexuais. O entrevistado expôs que, quando a população em geral pensa na pessoa transexual, ainda que de forma estereotipada, a imagem que surge é de uma mulher, travesti, ou transexual que vai se prostituir. Raramente pensam em uma mulher que se entende como homem.

No que diz respeito aos canais da universidade, assim como os outros entrevistados, Pedro os desconhece e não sabe para quem pode dirigir uma reclamação de homofobia. Contudo, mostra-se receoso quanto aos canais. O aluno costuma ser revistado toda semana pela Polícia Militar, que atua com agressividade após solicitar um documento de identificação, e afirma que não sabe como confiar nesses canais. Segundo ele, se a polícia, que deveria proteger a sociedade, atua com agressividade, como dar credibilidade aos outros meios?

3.1.4 Alberto

O quarto entrevistado, Alberto, homossexual, relatou que sofreu homofobia em dois casos. No primeiro, o aluno estava em uma festa promovida pelo Centro Acadêmico de Comunicação Social. Nesse dia, alguém disse para sua mãe que ele era homossexual e que estaria presente no evento. Sua mãe foi até a festa e o agrediu verbal e fisicamente na frente de todos. O padrasto da vítima estava presente e afirmou aos participantes que tentaram intervir na briga que ele era policial e que ninguém deveria se intrometer.

Após a confusão na festa, Alberto foi para casa com sua mãe e o padrasto. Em casa, a mãe do estudante continuou agredindo o filho, o que culminou na saída do mesmo do lar de madrugada. O aluno buscou abrigo na casa de um amigo naquela noite. No dia seguinte, dirigiu-se à DDS na tentativa de conseguir alguma forma de auxílio da universidade, pois não tinha condições econômicas de se manter matriculado e precisava de acompanhamento psicológico.

Na DDS, Alberto foi informado por uma assistente social que a situação dele não se enquadrava em nenhum dos casos em que a universidade poderia auxiliá-lo com alguma bolsa, que ele não tinha direito a moradia estudantil e que a DDS não poderia fazer nada por ele. Então, o estudante expôs o seu caso no departamento do seu curso, que encaminhou uma carta à DDS, afirmando que o aluno estava em situação de risco. A mesma carta chegou a ser enviada ao reitor da universidade. Após essa mobilização, Alberto conseguiu ter acesso à bolsa-permanência, mas primeiramente obteve uma bolsa emergencial, que demorou um mês até ser recebida por ele. No período em que estava sem o auxílio, o aluno sobreviveu com a ajuda de amigos e parentes com os quais conseguia contato.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a família é a célula *mater* da sociedade, embora a política devesse estar baseada no indivíduo em situação de vulnerabilidade. Esse caso representa a falha que a concepção de família gera como referência assistencial, pois um jovem perdeu seu vínculo familiar por discriminação homofóbica, e é nesse espaço que, segundo o relatório de violência homofóbica da SEDH, mais ocorre a homofobia. Foi negada ao estudante a possibilidade de se reestruturar num momento em que se encontrava em situação de risco. Só foi admitido o acesso após toda uma mobilização organizada pelo aluno.

No segundo caso de homofobia, Alberto estava caminhando pelo campus de mãos dadas com seu namorado quando, de repente, um grupo de homens começou a xingá-los e a gritar que aquilo era uma pouca vergonha, um absurdo. O casal decidiu ignorar a agressão e continuou a andar. Não é admitido para os homófobos qualquer manifestação da homoafetividade, pois assim estaria sendo colocada em risco a heterossexualidade (Borrillo, 2010).

Diferentemente dos outros entrevistados, Alberto informou que conhece os canais para a determinação de possíveis sanções administrativas, mas que, de certa forma, acostumou-se com a homofobia verbal que sofre rotineiramente. O aluno relatou que, por ter uma postura classificada como afeminada, já sofreu muita discriminação e que, com o tempo, passou a ignorar as recorrentes violências verbais.

A homofobia se tornou tão presente na vida de Alberto que já se manifestou inclusive em um grupo da universidade em uma rede social na internet. Em uma discussão polêmica sobre um caso de machismo ocorrido dentro do centro acadêmico de seu curso, um aluno, amigo do que causou o incidente, afirmou que Alberto não deveria postar comentários, pois ele manifestava sexualidade de conhecimento de todos na UnB, a qual não era bem-vista pela sociedade. Ainda, foi citado o caso da mãe do aluno no grupo, o que provocou mais um constrangimento.

Tal forma de homofobia se repetiu em um blog mantido pelo estudante. Um usuário da rede postou comentários de cunho religioso em todos os textos publicados pelo estudante, que somam mais de 200. Os comentários eram do tipo “Deus vai castigar você”, “você está vivendo no pecado” etc.

Sobre possíveis formas de combate à homofobia pela UnB, Aberto expôs que a universidade deve encontrar novas maneiras de subsidiar a assistência, principalmente no que se refere aos critérios atualmente estabelecidos. O aluno relatou que, quando um estudante sofre homofobia, sua presença na universidade fica fragilizada, tendo em vista os traumas adquiridos com a violência. É necessária uma intervenção profissional para que a vítima supere a agressão.

Alberto pontuou que, na época em que sofreu homofobia, precisou passar por um acompanhamento psicológico e chegou a ficar perdido na universidade. Ele teve seu índice de

rendimento acadêmico rebaixado em virtude do trancamento de disciplinas e de não conseguir estudar como de costume nas poucas matérias em que continuou matriculado.

3.1.5 Julia

A quinta entrevistada, a aluna Julia, que se entende como bissexual, apresentou um histórico de violência que a acompanha há certo tempo, e que na universidade ocorreu durante uma festa na Faculdade de Educação. A aluna estava acompanhada de seu namorado, Tales, que se entende como gay e já passou por diversos conflitos em razão de algumas pessoas não admitirem o relacionamento do casal.

Durante a festa, o casal dançava e conversava com amigos quando um grupo de estudantes se aproximou e começou a insinuar interesse por Julia, que ignorou a atitude. Contudo, um deles a assediou fisicamente, o que provocou a revolta da aluna e um nervosismo por parte do seu namorado. Então, o casal e seus amigos decidiram sair do local e se dirigiram ao ICC, onde também acontecia uma festa. No ICC, Julia, seu namorado e amigos continuaram a conversar e dançar, e logo após sentaram em um banco.

Foi então que a estudante avistou um amigo, que a cumprimentou e veio ao seu encontro, sentando ao seu lado. Tales sentou no colo da namorada e a beijou, provocando uma reação do amigo de Julia, que perguntou por que ele tinha beijado a aluna. Imediatamente, Julia afirmou que Tales era seu namorado, e o amigo indagou como aquilo poderia ser possível, pois Tales era um veado.

Após mais esse constrangimento, Julia decidiu que já era hora de ir para casa, pois não desejava mais passar por nenhuma confusão. A aluna levantou-se, pegou a bolsa e seguiu rumo ao ICC. Sem olhar para trás, Julia ouviu algumas pessoas gritaram palavras de baixo calão, como “veadinho” e “bicha”. Quando olhou para trás à procura do namorado, avistou três pessoas, supostamente amigos do seu colega do banco, que agarraram Tales, o jogaram sobre uma moita de folhas secas e iniciaram uma agressão física, dando socos e pontapés. Julia correu até o namorado e se atirou sobre ele para tentar protegê-lo, tendo em vista que três pessoas estavam agredindo Tales, com calçados do tipo coturno. Os agressores gritavam

que a vítima não tinha o direito de “roubar” a mulher que lhes pertencia, pois ele não passava de um veadinho.

Julia não conseguiu olhar para o rosto dos agressores, pois tentava desesperadamente proteger seu namorado. Após pouco tempo, Tales já estava desmaiado, o que não motivou a suspensão da violência. Quando perceberam que ele estava desacordado, os agressores pararam e evadiram do local. Julia, que também levou socos e pontapés, continuou a proteger seu namorado e segurava a cabeça dele, que estava com um corte profundo, por onde saía grande quantidade de sangue.

Um aglomerado de pessoas se formou no local e uma ambulância foi chamada para prestar os primeiros socorros. No momento em que Tales era socorrido, um participante da festa afirmou que o namorado de Julia tinha provocado aquela situação, pois teria roubado uma garrafa de vodca dos agressores, e que ele tinha caído enquanto tentava fugir, por isso os ferimentos.

A aluna informou que o participante da festa estava mentindo e que, se o que ele alegava fosse verdade, ela também não estaria machucada. Encaminhados ao hospital, Julia perguntou ao namorado se ele não queria denunciar toda a violência sofrida, mas Tales se recusou de imediato, pois temia sofrer represálias dos agressores quanto voltasse à UnB, e acreditava que a denúncia não resultaria em punição alguma.

A não criminalização da homofobia gera uma sensação de impunidade e impotência por parte das vítimas dessa violência. O fato de não querer realizar a denúncia comprova não só a ineficiência dos meios que combatem a homofobia na universidade, mas também a incredulidade da vítima de que o ocorrido pelo menos seja enquadrado como agressão, que consta como crime na legislação brasileira.

Apesar de estarem expressando uma condição heterossexual, algo impensável para a moral binarista, pois os agressores achavam que Tales era gay, no momento da violência, o casal ainda assim sofreu discriminação, tanto homófoba quanto misógina, pois o espaço corporal de Julia foi desrespeitado por duas vezes. Os agressores fizeram afirmações segundo as quais as mulheres seriam suas propriedades, em alusão à misoginia que, segundo Borrillo (2010), determina que o corpo da mulher é um recurso para a satisfação sexual de heterossexuais.

A Secretaria de Comunicação da UnB publicou no dia seguinte uma matéria em que afirmava ter ocorrido uma briga entre estudantes da universidade. Julia se mostrou indignada com a reportagem, pois o fato é que houve uma agressão covarde, homofóbica e selvagem, e não uma briga, onde se considera que ambos os lados tenham condições de igualdade e poder de confronto. “Um rapaz de 20 anos se envolveu em uma briga e sofreu um corte na testa por volta das 6h da manhã, quando a festa acabou” (Magno; Moura, 2011).

A matéria, publicada no dia 1º de julho de 2011, descreve que a reitoria deseja ter um maior controle sobre as festas que ocorrem no campus e analisa a possibilidade de proibir a comercialização de bebidas alcoólicas na universidade. No que se refere à violência homofóbica, a Secretaria de Comunicação afirmou que o namorado de Julia se envolveu em uma briga e que um funcionário que passava pelo local acionou o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (Samu). Em nenhum momento a matéria relata o estado de saúde da vítima após o atendimento médico.

Tem-se aqui mais uma tentativa de camuflar a homofobia na UnB. Ao invés de promover ações de convívio pacífico e civilizado com a diversidade, a universidade se mostra incapaz de reconhecer a presença do preconceito e da discriminação em seu campus, ocultando o que realmente tem se manifestado: a homofobia que viola direitos, faz suas vítimas e silencia qualquer tentativa de defesa. No dia 14 de abril de 2012, a universidade promoveu um evento com o intuito de abordar assuntos como tolerância, combate à homofobia e cultura de paz, mas isso se deu em um sábado à tarde, período em que os alunos não frequentam o campus.

Em razão do acontecimento, Julia se mostra incrédula quanto às possíveis ações de combate à homofobia na UnB. A estudante justifica sua incredulidade a partir do que vivencia sobre a política de igualdade racial. Para Julia, falta pesquisa, apoio da Reitoria, e debates sobre o tema. Julia argumentou que, se ainda há racismo na universidade, o que é considerado crime, imagina em relação à homofobia. A aluna declarou que a universidade deve urgentemente promover ações de igualdade em todos os âmbitos.

3.1.6 Eduardo

O aluno Eduardo, homossexual, já formado pela Universidade de Brasília, declarou que sofreu homofobia por várias vezes, mas foram duas ocorrências que mais marcaram sua trajetória acadêmica.

Na primeira vez, Eduardo afirmou que em uma disciplina, denominada Roteiro, houve a recusa de um projeto final por um professor. A matéria exigia que todos os alunos matriculados entregassem um roteiro para que fossem avaliados e votados. No semestre seguinte, um roteiro seria filmado.

O projeto de Eduardo revelava sua “saída do armário”, pois, por recomendação da professora, as histórias deveriam ser baseadas na vida de cada aluno. O projeto seguiu para a avaliação de seis professores, cinco dos quais elogiaram a qualidade do roteiro. Porém, um professor, de uma disciplina mais técnica, de Iluminação e Som, recusou de imediato, alegando não trabalhar com a temática LGBT e muito menos com profissionais homossexuais. O professor alegou ainda já ter trabalhado com aquele tema, e que não faria de novo. Tal atitude, como aponta Borrillo (2010), revela que a homofobia está presente de maneira contundente na educação, manifestando-se, nesse caso, individualmente, com a rejeição de um projeto por um professor que se recusa a trabalhar com gays. Borrillo também relata que é necessário um grande esforço para a superação dessa forma de discriminação.

Após receber o veredito, Eduardo sentiu-se angustiado, não sabendo distinguir bem o que se passava pela sua cabeça. Segundo o aluno, foi um misto de raiva e medo, mas ele não tomou nenhuma atitude em relação ao resultado. A não reação de Eduardo baseia-se num processo de enclausuramento da homofobia. Essa atitude ocasiona a sua culpabilização diante da agressão sofrida, pois a pessoa se cala e promove a continuidade da violência (Junqueira, 2009).

O segundo caso ocorreu durante o período em que Eduardo residiu na Casa do Estudante. Eduardo dividia o apartamento com outro aluno, que sabia de sua sexualidade e dizia não ter problema algum, desde que não fosse afeminado nem o provocasse. Louro (1999) aponta que esse tipo de pensamento ocorre, pois um relacionamento próximo entre um heterossexual e um homossexual pode ser visto como uma suposta prática homoafetiva por parte do heterossexual, o que feriria a sexualidade normativa.

Borrillo (2010) revela que o estereótipo permite ao homófobo a manutenção de um distanciamento que o coloca acima do homossexual, determinando a sua condição superior e normativa em detrimento do outro subalterno. Apesar de serem colegas de quarto, sem hierarquia entre eles, a heteronormatividade permitiu ao agressor a imposição de uma superioridade sobre o colega.

Com o passar do tempo, foram aparecendo atritos entre os moradores do apartamento. O colega de quarto de Eduardo costumava levar sua namorada para o local, e, no espaço destinado a ele, no pavimento inferior, o casal tinha relações sexuais. Eduardo frisou que o colega fazia questão de fazer bastante barulho, o que por vezes o impedia de dormir no seu quarto, situado no pavimento superior. Os encontros estrondosos revelam a presença da heteronormatividade, que, segundo Rios (2010), condiciona a homossexualidade a um patamar inferior ao da heterossexualidade. O barulho nada mais é do que a tentativa de silenciar qualquer manifestação amorosa contrária à heterossexual, impondo de maneira indireta a sexualidade que pode e deve ser vivenciada.

Assim como a maioria dos entrevistados, Eduardo não recorreu a nenhum canal disponibilizado pela universidade, pois desconhecia a sua existência. Isso é reflexo da não divulgação de meios que poderiam ser acionados para o combate à violência homofóbica. No que se refere a políticas que poderiam ser executadas pela universidade, o aluno acredita que a educação deve ser o principal método de enfrentamento da homofobia, com a criação de campanhas e de uma semana de combate à homofobia, por exemplo.

3.1.7 Ricardo

O último entrevistado, o estudante Ricardo, informou ter sofrido violência física e verbal de seguranças da Universidade de Brasília. O aluno participava de uma calourada em que vários alunos acamparam no campus. O evento promovia a universidade aberta, que tinha por objetivo a confraternização entre os estudantes. Para a ocasião, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) solicitou à reitoria uma autorização para que os prédios da universidade estivessem abertos também no período noturno.

Por volta das duas da manhã, Ricardo e um amigo decidiram andar pelo ICC, que estava aberto. Ao se aproximarem do Centro Acadêmico de Agronomia, o aluno avistou vários seguranças e funcionários da limpeza participando de algo que parecia uma festa. Eduardo estranhou um pouco, mas seguiu adiante. Contudo, ele e seu amigo passaram a ser seguidos por três seguranças, sendo que um deles aparentava estar embriagado.

Ao perceberem que estavam sendo seguidos, o estudante e seu amigo pararam e foram de encontro aos seguranças. Quando se aproximaram, os seguranças começaram a proferir palavras de baixo calão contra os estudantes. Os funcionários afirmaram que os alunos não poderiam estar no prédio, que eles tinham pulado as grades e que eles deveriam se retirar.

Eduardo e seu colega tentaram dar explicações sobre o evento que estava ocorrendo na universidade, mas, aos berros, os alunos foram chamados de “veado” e “bichinha”, entre outros xingamentos. O segurança que aparentava embriaguez segurou Eduardo pela gola da camisa e o puxou, buscando expulsá-lo do prédio. Os outros dois seguranças tentaram apaziguar a situação, mas continuaram gritando com os estudantes e ordenaram que eles se retirassesem do prédio.

Ao retornarem para o local onde estavam acampados, os estudantes comunicaram o ocorrido para representantes do DCE que também participavam do evento. Então, todos decidiram ir até a central dos seguranças, onde puderam contatar o chefe da equipe, que deu pouca atenção ao que tinha acontecido. O chefe da segurança seguiu com os alunos até o CA de Agronomia, mas os funcionários não estavam mais presentes. Os seguranças que estavam de plantão naquela noite não quiseram relatar o que tinha acontecido, e um deles afirmou que “não iria entregar seu brother”. Com isso, o chefe da segurança relatou que não poderia fazer nada, pois não tinha o direito de obrigar seus funcionários a falar alguma coisa.

Em razão da inércia da chefia de segurança, o DCE se mobilizou e escreveu uma carta de repúdio, mas Eduardo desconhece o encaminhamento do documento. O aluno não procurou canais como a ouvidoria e a comissão disciplinar por desconhecer tais recursos.

Além desse caso de homofobia, Eduardo presenciou outros momentos de violência. Em um deles, o aluno viu, em um *happy hour*, um casal gay ser agredido por um hippie, que aos berros dizia que seu filho de dois anos não podia presenciar aquele tipo de relacionamento. Cabe ressaltar que a agressão aconteceu às duas horas da manhã. Para o

agressor, o absurdo era a manifestação de afeto de um casal homoafetivo, e não fato de ele estar com um filho de dois anos em uma festa de madrugada.

No que se refere a políticas de enfrentamento, Eduardo acredita que a universidade deve se pautar na educação e no treinamento de seus funcionários. Palestras e outros eventos deveriam ser promovidos como meio de discutir o assunto. Uma maior visibilidade dos grupos que discutem a homofobia também deveria ser estudada.

As entrevistas demonstraram que há na Universidade de Brasília a presença de uma homofobia que se manifesta de diferentes formas e sob variados aspectos, sutis e escrachados.

3.2 Estudo ensaístico dos cartazes

Os cartazes foram afixados nos principais prédios do Campus Darcy Ribeiro: Faculdade de Tecnologia (FT), Faculdade de Saúde (FS), Instituto Central de Ciências (ICC), Faculdade de Educação Física (FEF), Pavilhão João Calmon (PJC), Pavilhão Anísio Teixeira (PAT), Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA) e Ciência da Informação e Documentação (CID).

O pesquisador dividiu a divulgação do estudo em duas etapas, afixando os cartazes na primeira e na terceira semana de aula, com o intuito de que mais pessoas pudessem observar os cartazes e que estes ficassem expostos por um período razoável.

Como já era esperado, a maioria dos cartazes foram removidos, e, entre os que foram preservados, grande parte foi rabiscada por pessoas intolerantes à mensagem contida neles.¹ Os quadros a seguir expõem o que aconteceu nas duas etapas de divulgação da pesquisa:

Quadro 1 – Situação dos cartazes na primeira etapa de divulgação da pesquisa

Prédio	Situação	Mensagem rabiscada
FT	2 cartazes removidos e 1 mantido rabiscado	Desenho de um pênis
FS	2 cartazes removidos e 1 mantido	
ICC	5 removidos, 5 mantidos, 2 rabiscados e 5 tampados por cartazes institucionais	“Heterofobia também é crime.”
FEF	1 cartaz removido	
CID	1 cartaz mantido	
PJC	1 mantido e 1 tampado	
PAT	1 mantido rabiscado	“Abaixo a popularização da

¹ Ver as fotografias no anexo deste trabalho.

		viadagem na UnB” “Vaza viados” “Patético” (rabiscado embaixo da primeira mensagem)
--	--	--

Quadro 2 – Situação dos cartazes na segunda etapa de divulgação da pesquisa

Prédios	Situação	Mensagem rabiscada
FT	3 cartazes arrancados e 1 mantido	
FS	2 cartazes removidos	
ICC	5 mantidos, 1 rabiscado e 5 removidos	“Já sofri heterofobia.”
FEF	1 cartaz removido	
CID	1 cartaz mantido	
PJC	1 mantido e 1 tampado	
PAT	1 mantido rabiscado	

Sobre os cartazes na FT, na primeira etapa, dos três, somente um continuou exposto, e nesse foi desenhado um pênis. Na segunda etapa, dos 4 cartazes, 3 foram removidos e um deles, que foi posto em frente a um centro acadêmico, foi retirado no dia seguinte. O simples desenho de um pênis em um cartaz demonstra uma manifestação sexista, em que a figura do aparelho reprodutor masculino representaria a dominação do masculino sobre o feminino.

Na FS ocorreu algo que remete à tentativa de silenciar e/ou não admitir a divulgação daquele tipo de mensagem, como forma de negar a existência de homofobia na universidade e de não permitir que vítimas possam ter voz. Em um mural cheio de cartazes, em frente ao CA de farmácia, o de divulgação da pesquisa foi arrancado, restando um espaço vazio entre os outros presentes.

No ICC, os cartazes permaneceram expostos por mais tempo do que os divulgados nos demais prédios do campus, mas vários deles foram arrancados e outros foram tampados com mensagens institucionais, como anúncios de boas-vindas aos calouros.

Na FEF, foi divulgado um cartaz na primeira etapa e outro na segunda, e os dois foram removidos poucos dias depois. Diferentemente, no CID, o cartaz afixado na primeira etapa foi mantido por um longo período, não necessitando de ser novamente disponibilizado na segunda etapa.

Nos pavilhões foram divulgados 3 cartazes. No PJC, um se manteve intacto e o outro foi parcialmente tampado por um cartaz institucional de transferência facultativa. Já no PAT, somente um cartaz foi afixado, mas foi rabiscado com diversas mensagens. Uma delas, “Abaixo a popularização da viadagem na unb”, foi sublinhada e respondida com a palavra “patético”. Esse cartaz se manteve exposto por 3 semanas.

Tanto arrancar os cartazes como escrever mensagens sobre eles revela uma intolerância insuportável dos homófobos, que tentaram sempre desvirtuar o assunto que ali estava sendo tratado, além de silenciar a homossexualidade. Mensagens como “heterofobia também é crime”, escrita em um dos cartazes, revelam a pretensão de não admitir que a violência homofóbica é recorrente na universidade.

Rios (2009) atenta para esse tipo de discriminação explícita, que visa à demonstração da diferença entre os dentro e fora da norma sexual. Os homófobos nem mesmo são capazes de admitir a existência da homofobia; ao invés disso, especulam e criam um preconceito contra heterossexuais, que é inexistente. Rios afirma que a homofobia causa um temor à heterossexualidade, pois esta necessita da afirmação do masculino e do binarismo de gênero, sem a qual a estabilidade heterossexual fica ameaçada.

4 Considerações finais: propostas para o enfrentamento da homofobia

Uma das ponderações permitidas por este estudo é que os alunos se sentem inseguros no campus, desconhecem os meios disponibilizados pela universidade para apurar denúncias que poderiam resultar em punições administrativas e esperam ações firmes e eficazes de combate à violência contra LGBTs. Primeiramente, há a necessidade de dialogar sobre a diversidade sexual na universidade. São diversos casos de violência homofóbica ocorridos na UnB, mas até hoje não houve uma resposta concreta e objetiva da reitoria para o combate à homofobia.

Percebe-se que a homofobia praticada por grupos de pessoas é frequente na Universidade de Brasília, demonstrando certa organização, o que poderia estimular uma pesquisa sobre a existência de grupos neonazistas na universidade como forma de conhecer o que deve ser combatido. Alguns entrevistados afirmaram conhecer a presença de tais movimentos no campus, o que assusta e torna grave a inexistência de políticas públicas em defesa da diversidade sexual e de gênero na UnB.

É importante ressaltar que, apesar de os entrevistados e entrevistadas terem sofrido o mesmo tipo de violência, a homofobia se manifesta de diversas formas, sempre com o objetivo de segregar, constranger e humilhar a vítima. Assim ocorreu com o entrevistado Alberto, que não soube explicar o que sentiu ao sofrer homofobia.

No que diz respeito aos canais como a ouvidoria e o conselho de ética, apenas um entrevistado conhecia tais meios de registrar uma reclamação sobre homofobia. Seis entrevistados nunca tinham ouvido falar nessa estrutura, o que revela total falta de divulgação dos meios. Então, nem é preciso ratificar que é urgente a ampla divulgação desses canais para que os alunos possam acioná-los.

Alguns alunos afirmaram que a plenária LGBT, organizada pela universidade, estava vazia, e que merecia uma atenção maior. Nesse sentido, a universidade precisa promover e divulgar melhor eventos contra a discriminação direcionados para toda a comunidade acadêmica, e não só a alunos LGBTs ou de cursos que debatem a temática. É preciso maior participação, mais debates, mais conhecimento, combatendo velhos estigmas e preconceitos. A criação de disciplinas sobre a temática foi uma das formas de diálogo sugeridas pelos entrevistados.

Entre outras propostas, seguem algumas que podem ser colocadas em prática pela Universidade de Brasília:

- Separação de uma parcela do orçamento da universidade para combate à homofobia;
- Promoção de eventos que debatam e acolham a diversidade sexual;
- Criação de políticas assistenciais para alunos LGBTs que estejam em situação de risco, revendo-se os atuais critérios de renda para a garantia do usufruto de benefícios estudantis;
- Debate entre todos os segmentos universitários sobre ações e propostas de enfrentamento à homofobia. Nesse caso, deve-se dialogar também com o Grupo de Trabalho de Combate à Homofobia da UnB;
- Oferta e divulgação de disciplinas sobre gênero e diversidade sexual, pois o processo pedagógico é de extrema importância para extinguir a cultura heteronormativa;
- Garantia de atendimento psicossocial às vítimas de homofobia que necessitem de apoio para a superação da agressão e continuação da vida acadêmica;
- Criação de uma guarda especial universitária formada por homens e mulheres com o objetivo de garantir uma convivência segura para todos e todas, não somente de combater a homofobia. Cabe ressaltar que a Polícia Militar não está preparada para atuar com estudantes universitários, tendo em vista as diversas ações violentas promovidas por essa corporação;
- Criação de um Centro de Referência LGBT da UnB com o objetivo de registrar, investigar e punir todas as violências homofóbicas, bem como de encaminhar as denúncias para o Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), para que sejam contabilizadas pelo órgão;
- Oferta de cursos para alunos e alunas capacitando-os para serem agentes multiplicadores no combate à homofobia – inclusive com criação de vagas de estágio para atuação no Centro de Referência LGBT;

- Ampla divulgação dos meios (os existentes e os que forem criados) que podem ser acionados pelos estudantes para denunciar a homofobia.

Tais propostas devem ser estudadas para que alunos e alunas, de todas as etnias, cores, religiões e orientações sexuais, possam conviver em comunidade com a garantia do respeito mútuo. É importante registrar mais uma vez que ações punitivas devem ser acompanhadas de ações pedagógicas para que se rompa com a cultura heterossexista, que atinge homens e mulheres.

Referências

- BARROCO, Maria L. Ética, direitos humanos e diversidade. *Revista Presença Ética*, n. 3, Recife, p. 1-13, 2001.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BRASIL. Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília, 2004.
- _____. *Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*. Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 21 abr. 2012.
- _____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. Programa Nacional de Direitos Humanos 3. Brasília: Liberdade de expressão – agência e assessoria de comunicação, 2010.
- _____. *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: o ano de 2011*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Repúblíca, 2012.
- DIAS, Adriana. *Entre inimigos: a construção do “Mal” nos grupos neonazistas*. Unicamp, 2009.
- GUAZZELLI, Amanda. Um obstáculo à efetivação dos direitos humanos: a questão do preconceito. *Revista PUC Viva*, n. 33, 2008. Disponível em:
- <<http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/39-edicao-33/420-um-obstaculo-a-efetivacao-dos-direitos-humanos-a-questao-do-preconceito>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2012.
- IRINEU, Bruna Andrade; RAFAEL, Josiley Carrijo. Heteronormatividade e políticas sociais no Brasil contemporâneo: conquistas e desafios para os Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate a Crimes de Homofobia. *SER Social*, v. 11, n. 24, p. 34-64, jan.-jun. 2009.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2009.
- LOPES, Denilson. *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 07-151.

LOURO, Guacira Lopes. In: *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Organizador: Rogério Diniz Junqueira. Brasília, MEC/Unesco. 2009.

MAGNO, Ana Beatriz; MOURA, Ana Lúcia. Reitoria quer mais controle sobre festas. *UnB Agência*, 1º jul. 2011. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=5301>>. Acesso em: 17 set. 2012.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *A assistência social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

RIOS, Roger Raupp. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, Fernando (Org.). *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea – políticas, teoria e atuação*. Porto Alegre: Nuances, 2007. p. 53-84.

_____. Seminário Internacional as Minorias e o Direito. : CJF, 2003.

SOUZA, Franciele Santana de et al. Movimento LGBT e a atuação do serviço social em instituições especializadas. *Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais*, v. 12, n. 12, 2010.

SANTOS, Silvana M. et al. Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social. *Revista Inscrita*, n. 8, p. 379-390, 2001.

TAVARES, Manuela. Lesbianismos e feminismos – encontros e desencontros. In: SEMINÁRIO ACTIVISMOS LGBT E FEMINISMOS, Coimbra, Portugal, 2009.

Sítios eletrônicos visitados:

Grupo Gay da Bahia (GGB). Disponível em: <http://www.ggb.org.br/moviment_glbt.html>. Acesso em: 5 nov. 2011.

Casamento Civil Igualitário. Disponível em: <<http://casamentociviligualitario.com.br/casamento-igualitario/>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

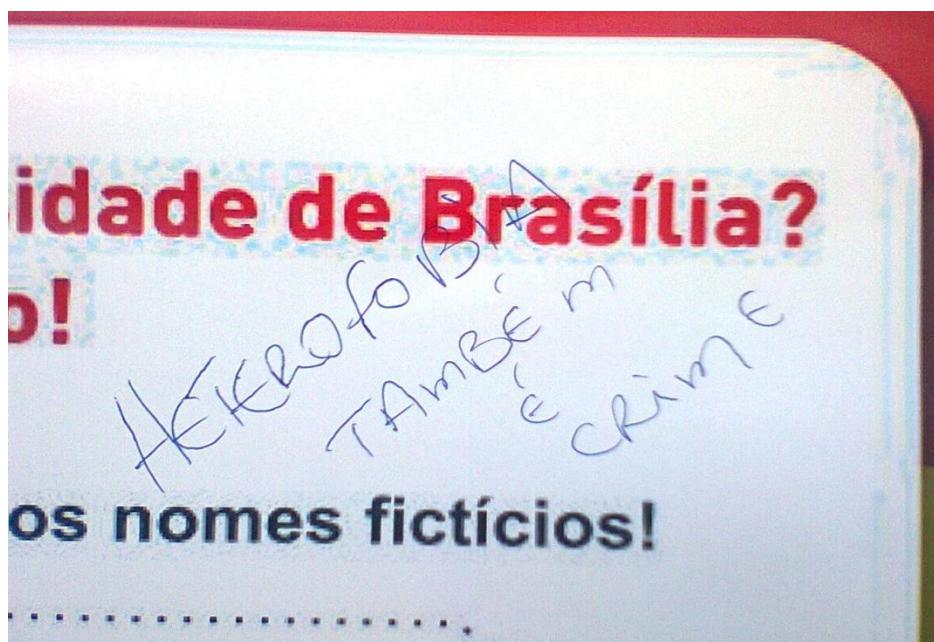
Anexos

Imagen do cartaz de divulgação da pesquisa

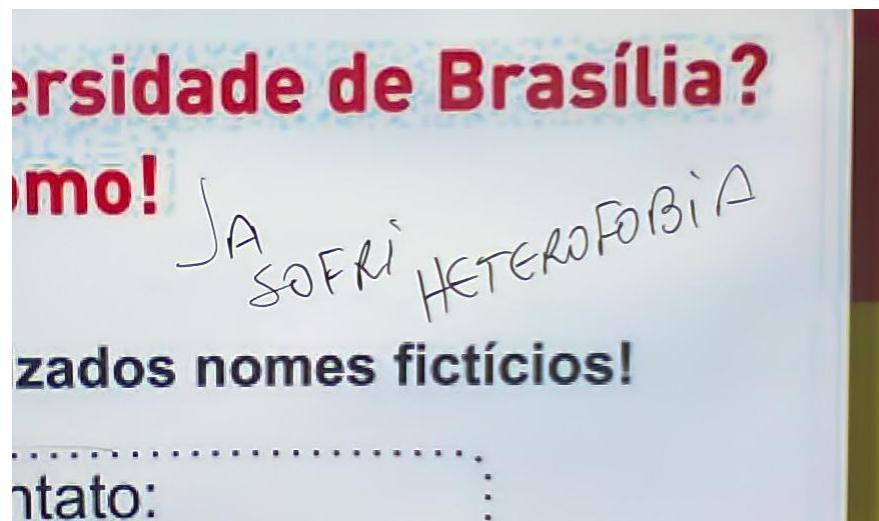


Cartazes rabiscados

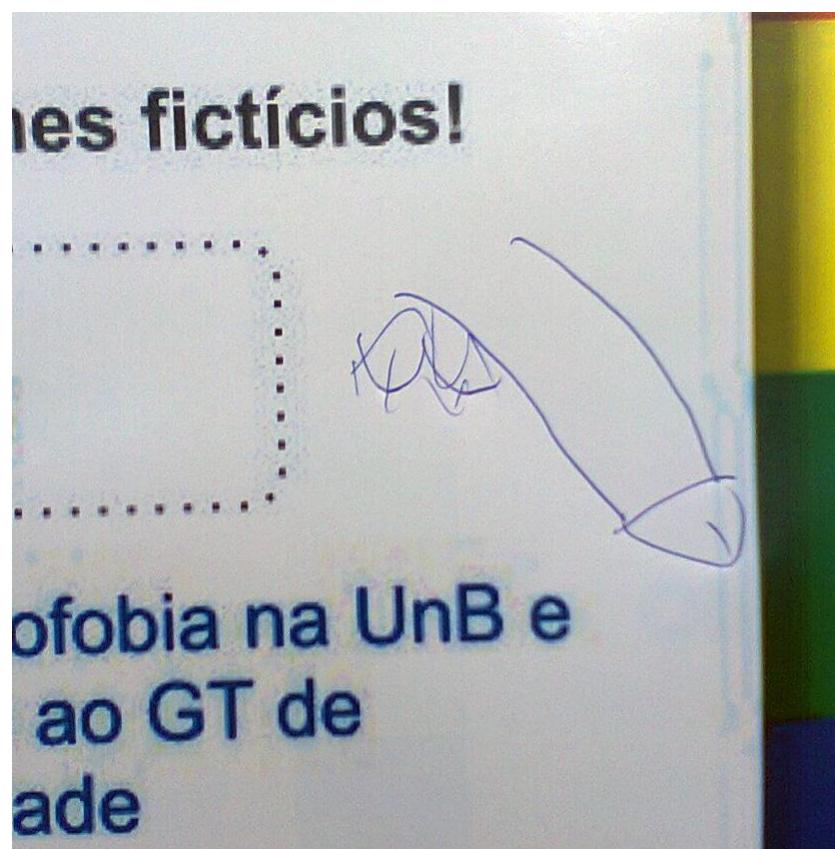
ICC Sul – Udefinho



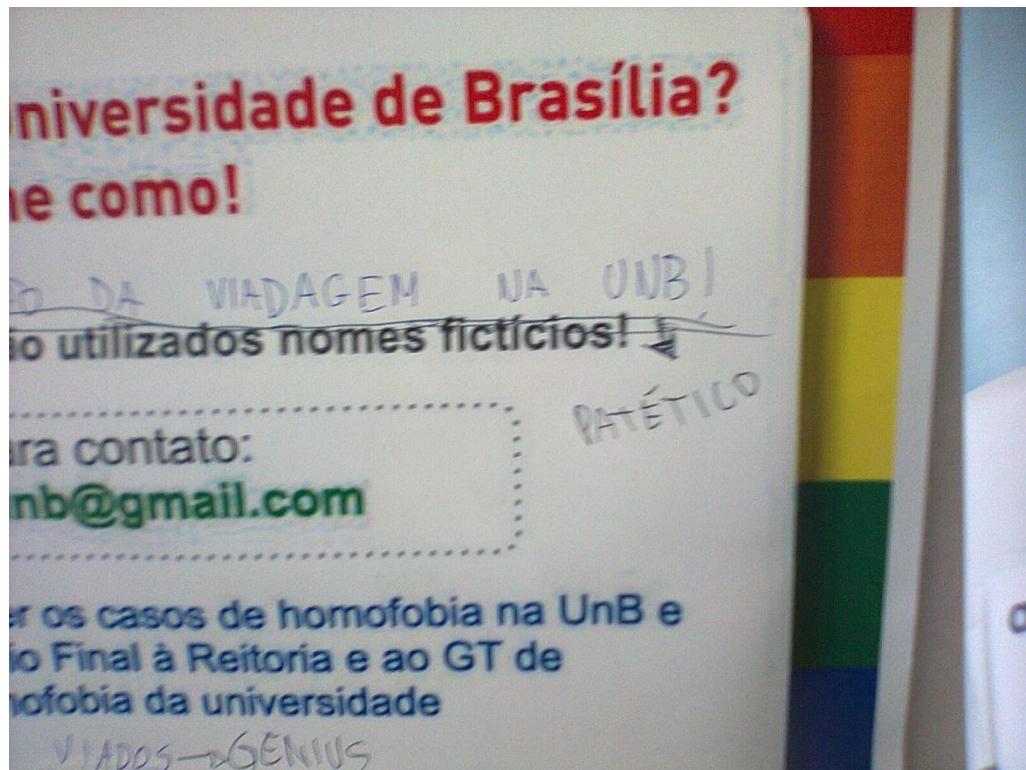
ICC Norte – Próximo ao Centro Acadêmico de Administração



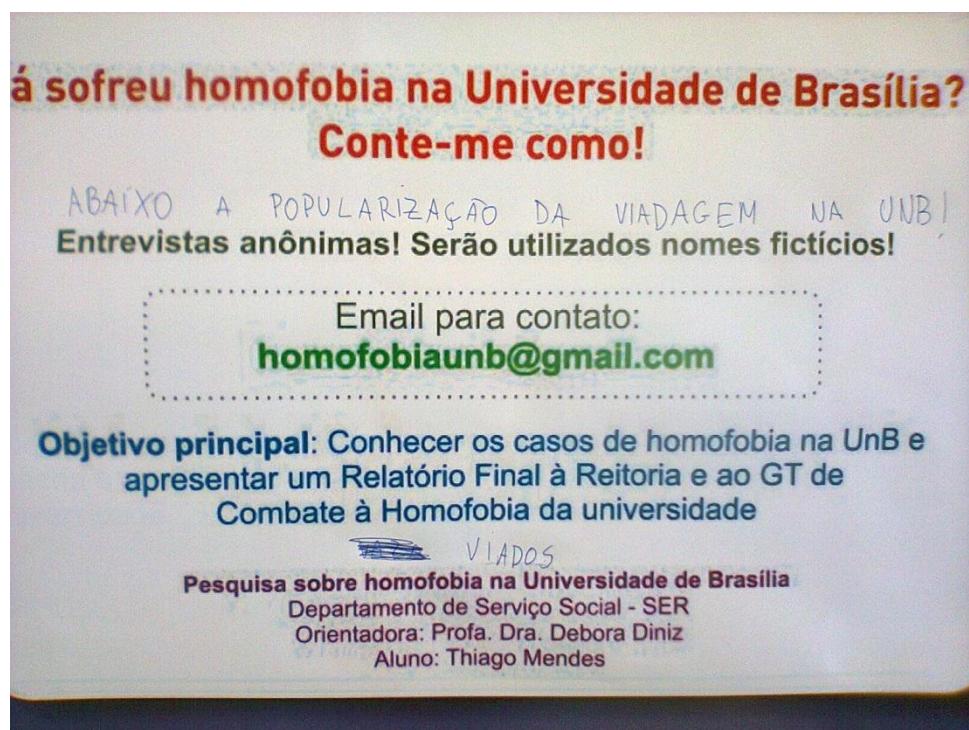
FT



PAT



PAT – Mesmo cartaz anterior



Cartazes removidos

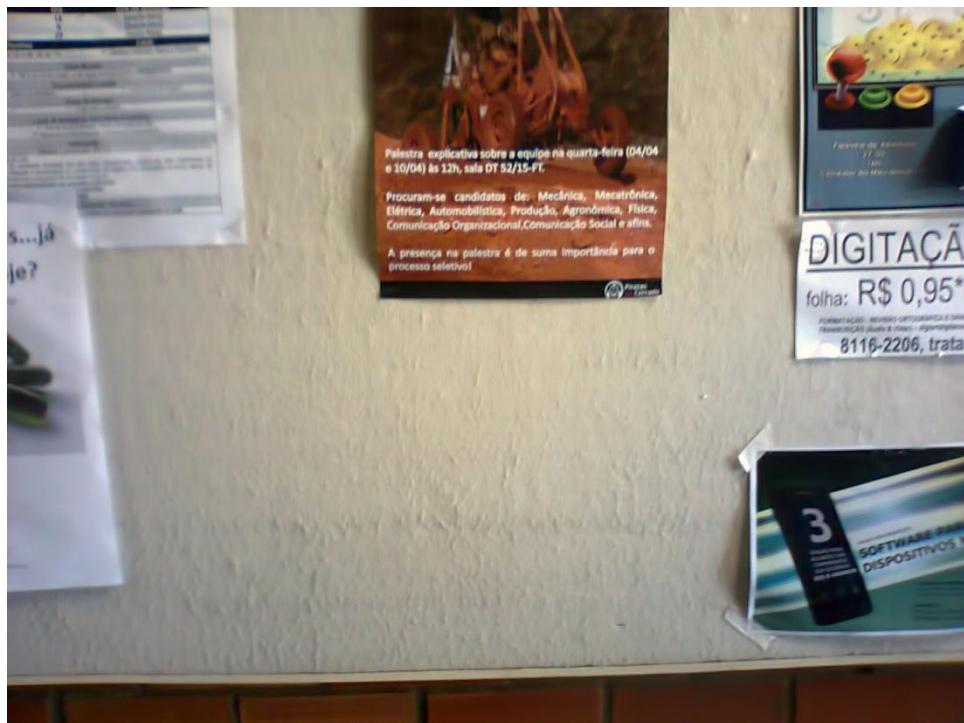
FS, em frente ao Centro Acadêmico de Farmácia



Mural acima dois dias depois



FT, em frente ao Centro Acadêmico de Engenharia

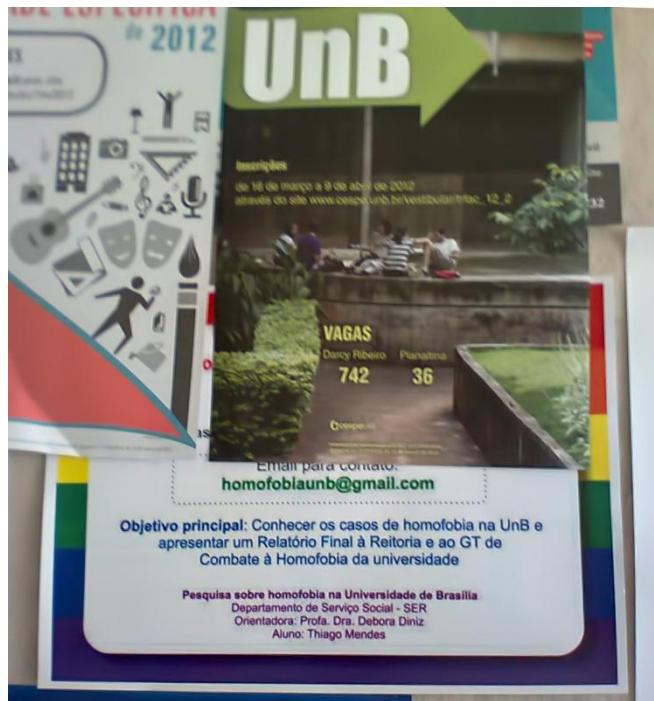


Cartazes tampados

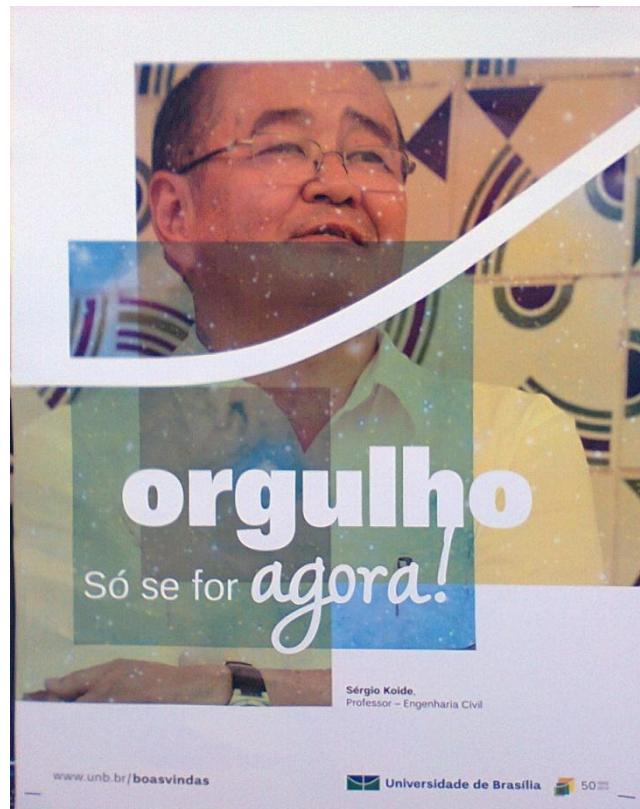
ICC SUL



PAT



Exemplo de cartaz institucional afixado sobre o da pesquisa



Pichação na porta PJC que foi mantida mesmo após reforma do prédio



Matéria divulgando evento de combate à intolerância

MANIFESTO

UnB promove shows pela paz no Teatro Arena

A Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA) da Universidade de Brasília (UnB) e o cantor Cesar de Paula organizam para este sábado o evento "UnB pela Paz, só se for agora!" no Teatro de Arena da instituição. O manifesto reunirá vários artistas de renome da cidade, como Ellen Oléria e a banda Vagalumes no Vazio da Noite de Vênus, entre outros. A programação come-

çará a partir das 14h .

Durante o evento, haverá seletiva de bandas para Calourada. Entre os intervalos das apresentações serão feitas intervenções que abordarão assuntos diversos, como tolerância, combate à homofobia e cultura de paz.

UnB pela Paz, no Teatro Arena da UnB (Campus Darcy Ribeiro). Dia 14 a partir das 14h. Entrada Franca. Classificação livre.

DIVULGAÇÃO


A cantora Ellen Oléria fará apresentação em ato pela paz